

Parágrafo Nono As novas Cotas terão direitos, taxas, despesas e prazos iguais aos conferidos às demais Cotas.

CAPÍTULO V – AMORTIZAÇÕES E RESGATE

Artigo 19º Não haverá resgate de Cotas, exceto quando do término do Prazo de Duração ou da liquidação do FUNDO. No entanto, o ADMINISTRADOR poderá realizar, conforme orientação do Comitê de Investimentos, nos termos do item (vi) do Artigo 29º abaixo, amortizações parciais das Cotas do FUNDO, a qualquer tempo, em especial quando ocorrerem eventos de alienação de Valores Mobiliários de Sociedades Alvo. A amortização será feita mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de Cotas integralizadas existentes.

Parágrafo Primeiro Em caso de iliquidez dos ativos do FUNDO, não havendo recursos disponíveis, a amortização das Cotas será realizada mediante entrega de Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos aos Cotistas, na proporção das Cotas detidas por cada Cotista.

Parágrafo Segundo Em qualquer hipótese de amortização, inclusive em caso de dação em pagamento de bens e direitos, esta se dará após o abatimento de todas as taxas, encargos, comissões e despesas ordinárias do FUNDO tratadas neste Regulamento.

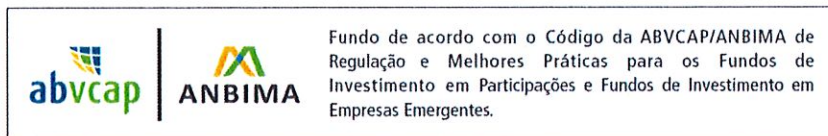
CAPÍTULO VI – ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

Artigo 20º Sem prejuízo das matérias estabelecidas na regulamentação própria e de outras matérias previstas em outros Artigos deste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral de Cotistas:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao FUNDO e deliberar, até 180 (cento e oitenta) dias após o término do exercício social, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo ADMINISTRADOR;
- (ii) deliberar sobre a alteração do presente Regulamento do FUNDO, inclusive quanto à classificação adotada pelo FUNDO nos termos do Artigo 1º, Parágrafo Sexto, deste Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a destituição ou substituição do ADMINISTRADOR, CUSTODIANTE e/ou do GESTOR e a escolha de seu substituto;
- (iv) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do FUNDO;
- (v) deliberar sobre a emissão e distribuição de novas Cotas, salvo as já previstas neste Regulamento;

101

b



- (vi) deliberar sobre o aumento nas taxas de remuneração do administrador ou do gestor do FUNDO;
- (vii) deliberar sobre a alteração ou prorrogação do Prazo de Duração, do Período de Investimento e do Período de Desinvestimento do FUNDO;
- (viii) deliberar sobre a alteração do quórum de instalação e do quórum de deliberação da Assembleia Geral;
- (ix) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de Comitê de Investimentos;
- (x) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações por Cotistas, observado o disposto na Instrução CVM 578/16;
- (xi) deliberar sobre a prestação de fiança, aval, aceite, ou qualquer outra forma de coobrigação em nome do FUNDO;
- (xii) a aprovação dos atos que configurem potencial conflito de interesses entre o FUNDO e o ADMINISTRADOR ou GESTOR e entre o FUNDO e qualquer cotista, ou grupo de cotistas, que detenham mais de 10% das cotas subscritas, inclusive na hipótese disposta no Parágrafo Décimo primeiro do Artigo 4º;
- (xiii) a inclusão de encargos não previstos no Regulamento ou o seu respectivo aumento acima dos limites máximos quando já previstos;
- (xiv) a aprovação do laudo de avaliação do valor justo de ativos utilizados na integralização de cotas do FIP de que trata o art. 20, § 7º, da ICVM 578; e

Parágrafo Único – Este Regulamento poderá ser alterado pelo ADMINISTRADOR, independentemente da deliberação da Assembleia Geral ou de consulta aos Cotistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressas exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Cotistas;

Artigo 21º A Assembleia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pelo ADMINISTRADOR ou por Cotistas, por intermédio do ADMINISTRADOR, que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas subscritas pelo FUNDO. A convocação da Assembleia Geral por solicitação dos Cotistas deverá: (a) ser dirigida ao ADMINISTRADOR, que deve, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado do recebimento, realizar a convocação da Assembleia Geral às expensas dos requerentes, salvo se a Assembleia Geral assim convocada deliberar em contrário; e (b) conter eventuais documentos necessários ao exercício do voto dos demais Cotistas.

102



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

Parágrafo Primeiro A convocação da Assembleia Geral far-se-á por meio de correspondência encaminhada a cada Cotista, admitida a utilização de correio eletrônico, ficando para tal os Cotistas responsáveis pela atualização de seus dados cadastrais, ou por publicação em periódico de grande circulação (informado previamente aos Cotistas) e dela constarão, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral de Cotistas, bem como a respectiva ordem do dia a ser deliberada, sendo que, caso não disponha em contrário a convocação, a Assembleia Geral ocorrerá na sede do ADMINISTRADOR.

Parágrafo Segundo As convocações da Assembleia Geral deverão ser feitas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data prevista para a sua realização, devendo conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados.

Parágrafo Terceiro A Assembleia Geral será instalada com a presença de qualquer quórum de Cotistas.

Parágrafo Quarto Independentemente de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

Artigo 22º Têm qualidade para comparecer à Assembleia Geral os representantes legais dos Cotistas ou seus procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Parágrafo Primeiro Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Cota emitida será atribuído o direito a um voto.

Parágrafo Segundo Somente poderão votar os Cotistas que estiverem devidamente inscritos no livro "Registro dos Cotistas" ou na conta de depósito, conforme for o caso, na data da Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro Os votos e quóruns de deliberação previstos neste Regulamento devem ser computados de acordo com a quantidade de Cotas subscritas, observado o Parágrafo abaixo.

Parágrafo Quarto Serão considerados para cômputo do quórum de aprovação, apenas os votos válidos, não se computando (i) os votos em branco (assim considerados os votos em branco, os nulos e as abstenções) e (ii) os votos de cotistas inadimplentes no momento da instalação da referida assembleia, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Quinto Os Cotistas que tenham sido chamados a integralizar as Cotas subscritas e que estejam inadimplentes na data da convocação da

103



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

Assembleia Geral de Cotistas não têm o direito a voto sobre a respectiva parcela subscrita e não integralizada.

Parágrafo Sexto As deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria de votos das cotas subscritas presentes, cabendo a cada cota subscrita 1 (um) voto, observados os parágrafos abaixo.

Parágrafo Sétimo Dependem da aprovação de cotistas que representem metade, no mínimo, das cotas subscritas, as deliberações relativas às matérias previstas nos incisos (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (viii), (ix), (xii), (xiii) e (xiv) do Artigo 20º e no Parágrafo Décimo primeiro do Artigo 4º.

Parágrafo Oitavo Dependem da aprovação de cotistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das cotas subscritas para a deliberação referida nos incisos (xi) do Artigo 20º.

Artigo 23º Os Cotistas poderão votar por meio de comunicação escrita, eletrônica ou qualquer outro sistemas eletrônicos que permitam a participação remota, desde que recebida pelo ADMINISTRADOR antes da respectiva Assembleia Geral, observado o disposto neste Regulamento e no próprio edital de convocação. Na hipótese de envio de votos ou manifestações por meio de correio eletrônico, somente serão considerados os votos enviados diretamente dos endereços de e-mail previamente cadastrados ou assinados digitalmente por meio de assinatura eletrônica e/ou sistema de chave-pública.

Parágrafo Primeiro Não podem votar nas Assembleias Gerais do FUNDO e nem fazer parte do cômputo para fins de apuração do quórum de aprovação:

- (i) o ADMINISTRADOR do FUNDO;
- (ii) os sócios, diretores e funcionários do ADMINISTRADOR;
- (iii) empresas consideradas partes relacionadas ao ADMINISTRADOR, seus sócios, diretos e funcionários;
- (iv) os prestadores de serviços do FUNDO, seus sócios, diretores e funcionários;
- (v) o Cotista de cujo interesse seja conflitante com o do FUNDO; e
- (vi) o Cotista, na hipótese de liberação relativa a laudos de avaliação de bens de sua propriedade que concorram para a formação do patrimônio do FUNDO.

Parágrafo Segundo Cotista deve informar ao ADMINISTRADOR e aos demais Cotistas as circunstâncias que possam impedi-lo de exercer seu voto, nos

104



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

termos do *caput* deste Artigo, sem prejuízo do dever de diligência do ADMINISTRADOR em buscar identificar os Cotistas que estejam nessa situação.

Artigo 24º As deliberações da Assembleia Geral poderão ser tomadas mediante processo de consulta, formalizada por escrito, dirigida pelo ADMINISTRADOR a cada Cotista, devendo constar da consulta todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto.

Parágrafo Único A resposta pelos Cotistas à consulta formal deverá se dar no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis e a ausência de resposta neste prazo será considerada como desaprovação pelo Cotista à consulta formulada.

Artigo 25º Qualquer transação (i) entre o FUNDO e Partes Relacionadas; ou (ii) entre o FUNDO e qualquer entidade administrada pelo ADMINISTRADOR e/ou GESTOR (carteira de investimentos ou fundo de investimento); ou (iii) entre Partes Relacionadas e as Sociedades Alvo será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembleia Geral ("Conflitos de Interesses").

CAPÍTULO VII – COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Artigo 26º O FUNDO possuirá 1 (um) Comitê de Investimentos, que terá por função principal auxiliar e orientar o GESTOR na gestão da Carteira em relação aos Valores Mobiliários de emissão das Sociedades Alvo ("Comitê de Investimentos").

Parágrafo Primeiro O Comitê de Investimentos será formado por, no mínimo, 3 (três), no máximo 5 (cinco) membros, sem nomeação de suplentes, escolhidos dentre pessoas de notório conhecimento e de reputação ilibada, podendo ser eleitas, inclusive, Partes Relacionadas dos Cotistas.

Parágrafo Segundo Os membros do Comitê de Investimentos serão indicados pelos Cotistas reunidos em Assembleia Geral, e exercerão seus mandatos pelo Prazo de Duração do FUNDO.

Parágrafo Terceiro Cada cotista, individual ou em conjunto, que detenha participação igual ou superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do FUNDO terá o direito de indicar 1 (um) membro para o Comitê de Investimentos, podendo substituir, a qualquer tempo, o membro que houver indicado, independentemente da substituição do membro indicado pelo(s) outro(s) Cotista(s).

Artigo 27º Os membros do Comitê de Investimentos poderão (i) ser substituídos, a qualquer tempo, pela pessoa que o houver indicado; e (ii) renunciar ao seu cargo mediante comunicação por escrito encaminhada com 5 (cinco) dias úteis de

105



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

antecedência ao ADMINISTRADOR, que deverá informar a todos os demais membros do Comitê de Investimentos, bem como aos Cotistas do FUNDO, sobre tal renúncia.

Parágrafo Único Na hipótese de vaga em cargo do Comitê de Investimentos, por substituição, renúncia, morte ou interdição, um novo membro será indicado pela mesma pessoa que houver indicado, nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 26º acima, a ser eleito em Assembleia Geral.

Artigo 28º Somente poderá ser eleito para o Comitê de Investimentos, independentemente de quem venha a indicá-lo, o profissional que preencher os seguintes requisitos:

- (i) possuir graduação em curso superior, em instituição reconhecida oficialmente no país ou no exterior;
- (ii) possuir, pelo menos, 3 (três) anos de comprovada experiência profissional em atividade diretamente relacionada à análise ou à estruturação de investimentos, ou ser especialista setorial com notório saber na área de investimento do FUNDO;
- (iii) possuir disponibilidade e compatibilidade para participação das reuniões do Comitê de Investimentos;
- (iv) assinar termo de posse atestando possuir as qualificações necessárias para preencher os requisitos dos Incisos (i) a (iii) acima; e
- (v) assinar termo de confidencialidade e termo se obrigando a declarar eventual situação de Conflito de Interesses sempre que esta venha a ocorrer, hipótese em que se absterá não só de deliberar, como também de apreciar e discutir a matéria.

Parágrafo Único No caso de indicação de representante pessoa jurídica como membro do Comitê de Investimentos, tal membro deverá se obrigar a ser representado nas reuniões e demais atos relacionados ao funcionamento do Comitê de Investimentos por uma pessoa física que possua as qualificações exigidas pelo *caput*.

Artigo 29º O Comitê de Investimentos terá como funções:

- (i) acompanhar e autorizar as decisões inerentes à composição da Carteira do FUNDO com Valores Mobiliários conforme sugestão do GESTOR, incluindo, mas não se limitando, a aquisição e a alienação de Valores Mobiliários pelo FUNDO;
- (ii) discutir e decidir sobre os projetos e propostas de investimento e desinvestimento do FUNDO apresentadas pelo GESTOR, inclusive sobre a

106

6



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

realização de investimentos pelo FUNDO após o término do Período de Investimento;

- (iii) acompanhar as atividades do ADMINISTRADOR e do GESTOR na representação do FUNDO junto às Sociedades Alvo, na forma prevista no Regulamento.
- (iv) discutir metas e diretrizes de investimento e desinvestimento do FUNDO;
- (v) discutir acerca da antecipação do término do Período de Investimento e submeter à aprovação da Assembleia Geral proposta acerca de eventual prorrogação do término do Período de Investimento;
- (vi) discutir e decidir sobre o esquema de remuneração e amortização das Cotas;
- (vii) acompanhar o desempenho das Sociedades Alvo, do FUNDO, do ADMINISTRADOR, do GESTOR, inclusive durante o Período de Desinvestimento;
- (viii) orientar e instruir o GESTOR quando do exercício dos direitos inerentes aos Valores Mobiliários integrantes da Carteira, inclusive, mas não se limitando, à indicação dos representantes do FUNDO no conselho de administração e/ou da diretoria das Sociedades Alvo, conforme o caso, à celebração de acordos de acionistas das Sociedades Alvo, à conversão de debêntures adquiridas pelo FUNDO, à definição do voto a ser proferido nas assembleias gerais e especiais das Sociedades Alvo, dentre outras;
- (ix) aprovar o valor estabelecido em laudo de avaliação de Valores Mobiliários de emissão de Sociedades Alvo a serem entregues por Cotista para fins de integralização das Cotas do FUNDO; e
- (x) demais matérias não atribuídas à Assembleia Geral, ao ADMINISTRADOR e/ou ao GESTOR.

Parágrafo Primeiro As decisões do Comitê de Investimentos serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes à reunião.

Parágrafo Segundo Para fins de cômputo do quórum de instalação e aprovação das matérias apresentadas para deliberação em Comitê de Investimentos serão considerados apenas os votos válidos, não se computando (i) os votos em branco (assim considerados os votos em branco, os nulos e as abstenções) e (ii) os votos de membros indicados por cotistas inadimplentes no momento da instalação da referida reunião, nos termos deste Regulamento.

107

6



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

Artigo 30º Os membros do Comitê de Investimentos reunir-se-ão, sempre que necessário, atendendo a convocação escrita, feita com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência, com indicação de data, horário e local da reunião, e respectiva pauta, realizada pelo ADMINISTRADOR, GESTOR ou por qualquer dos membros do Comitê de Investimentos, conforme o caso. A convocação escrita será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Comitê de Investimentos.

Parágrafo Primeiro As reuniões do Comitê de Investimentos serão instaladas na sede do ADMINISTRADOR, com a presença de, pelo menos, a maioria dos seus membros em exercício, sendo necessária a presença de pelo menos um membro indicado pelo ADMINISTRADOR, um membro indicado pelo GESTOR e um membro indicado pelos Cotistas.

Parágrafo Segundo Das reuniões do Comitê de Investimentos serão lavradas atas pelo GESTOR, as quais serão assinadas pelos membros presentes.

Parágrafo Terceiro Os membros do Comitê de Investimentos não receberão qualquer remuneração do FUNDO pelo exercício de suas funções.

Parágrafo Quarto Os membros do Comitê de Investimentos do FUNDO poderão participar de comitês de investimentos ou conselhos de supervisão de outros fundos que tenham por objeto o investimento em companhias no mesmo setor da economia que o FUNDO, mediante prévia e expressa autorização dos Cotistas do FUNDO

Parágrafo Quinto Será admitida a realização de reuniões por meio de conferências telefônicas ou vídeo conferência, não excluídas a obrigatoriedade de elaboração e assinatura de ata da reunião, com descrição dos assuntos deliberados. Caso qualquer membro participe da pertinente reunião do Comitê de Investimento por meio de conferência telefônica ou vídeo conferência, tal membro deverá apor assinatura, via fac-símile, e-mail ou outra forma eletrônica reconhecida pela Administradora, à ata elaborada ao fim da reunião.

CAPÍTULO VIII – ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 31º Adicionalmente à Taxa de Administração, constituem encargos do FUNDO:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de títulos e Valores Mobiliários integrantes da Carteira do FUNDO;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais ou autárquicas que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;

108

f



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas na Instrução CVM 578/16, neste Regulamento ou nas demais regulamentações pertinentes;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do FUNDO;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao FUNDO, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não cobertos por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do ADMINISTRADOR no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do FUNDO entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do FUNDO e à realização de Assembleia Geral no valor máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por exercício social;
- (x) taxa de custódia de títulos e Valores Mobiliários integrantes da Carteira do FUNDO devidas aos agentes de mercado (tais como B3 e SELIC);
- (xi) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, no valor máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por exercício social;
- (xii) despesas inerentes à Reuniões do Comitê de Investimentos do FUNDO, no valor máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por exercício social;
- (xiii) despesas com liquidação, registro, negociação e custódia de operações com Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos;
- (xiv) despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto decorrente de ativos do FUNDO;

109



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

(xv) despesas com a contribuição anual devida às entidades autorreguladoras ou às entidades administradores de mercado organizado em que o FUNDO tenha suas Cotas admitidas à negociação;

(xvi) despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de Valores Mobiliários;

(xvii) gastos da distribuição primária de Cotas, bem como com seu registro para negociação em mercado organizado de valores mobiliários; e

(xviii) honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado.

Parágrafo Primeiro Quaisquer despesas não previstas nos incisos do *caput* deste Artigo como encargos do FUNDO correrão por conta do ADMINISTRADOR, salvo decisão contrária da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo O ADMINISTRADOR, na qualidade de representante do FUNDO e em nome deste, pode estabelecer que partes da Taxa de Administração, até o limite desta, sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos seus prestadores de serviços.

Parágrafo Terceiro As despesas indicadas no “caput” incorridas pelo ADMINISTRADOR anteriormente à constituição ou ao registro do FUNDO perante a CVM serão passíveis de reembolso pelo FUNDO, e serão passíveis de nota explicativa e de auditoria no momento em que forem elaboradas as demonstrações financeiras do primeiro exercício fiscal do FUNDO. O prazo máximo para o reembolso de tais despesas será de 12 (doze) meses a contar da primeira integralização de Cotas.

CAPÍTULO IX – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, PATRIMÔNIO E INFORMAÇÕES

Artigo 32º O FUNDO terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do FUNDO serem segregadas das do ADMINISTRADOR, bem como das do CUSTODIANTE e do depositário eventualmente contratados pelo FUNDO.

Parágrafo Primeiro O patrimônio líquido do FUNDO corresponderá à soma algébrica de seu disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as suas exigibilidades (“Patrimônio Líquido”).

110



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

Parágrafo Segundo O ADMINISTRADOR poderá propor a reavaliação dos ativos da Carteira do FUNDO, quando:

- (i) verificada a notória insolvência de alguma Sociedade Alvo;
- (ii) houver atraso ou não pagamento de dividendos, juros ou amortizações relativamente aos títulos e/ou Valores Mobiliários que tenham sido adquiridos pelo FUNDO;
- (iii) houver pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou falência ou for decretada a falência de alguma das Sociedades Alvo, concessão de plano de recuperação judicial ou extrajudicial de alguma das Sociedades Alvo, bem como a homologação de qualquer pedido de recuperação judicial ou extrajudicial envolvendo alguma das Sociedades Alvo;
- (iv) houver emissão de novas Cotas;
- (v) alienação de ativos de Sociedades Alvo;
- (vi) oferta pública de ações de qualquer das Sociedades Alvo;
- (vii) mutações patrimoniais significativas, a critério do ADMINISTRADOR;
- (viii) permuta, alienação ou qualquer outra operação com Valores Mobiliários de emissão de Sociedades Alvo fechadas; e
- (ix) da hipótese de liquidação antecipada do FUNDO.

Parágrafo Terceiro A escolha do Agente de Reavaliação caberá ao ADMINISTRADOR, dentre 3 (três) empresas de renome indicadas pelo GESTOR ou, ainda, pelos Cotistas. O ADMINISTRADOR, em nome do FUNDO, contratará tal empresa, às expensas do FUNDO, observado orçamento estabelecido no CAPÍTULO VIII – ENCARGOS DO FUNDO. O resultado da reavaliação dos ativos efetuada pelo Agente de Reavaliação será válido para todos os fins de direito.

Parágrafo Quarto No momento da subscrição de Cotas do FUNDO e de acordo com declaração que deverá ser firmada no Compromisso de Investimento, os Cotistas têm ciência, reconhecem e aceitam as regras relativas à precificação dos ativos da Carteira do FUNDO.

Parágrafo Quinto Para efeito da determinação do valor da Carteira do FUNDO, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos no

111

2



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

manual de precificação do CUSTODIANTE, disponível em www.brltrust.com.br, observado o disposto na INSTRUÇÃO CVM 579/16.

Artigo 33º O exercício social do FUNDO encerra-se no último dia do mês de março de cada ano.

Artigo 34º O ADMINISTRADOR deverá enviar aos Cotistas, à entidade administradora do mercado organizado onde as Cotas estão admitidas à negociação e à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo disponível na referida página, as seguintes informações:

- (i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações constantes do Anexo 46-I da Instrução CVM 578/16;
- (ii) semestralmente, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do semestre a que se referirem, a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários e Outros Ativos que a integram; e
- (iii) anualmente, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do exercício social, as demonstrações contábeis do exercício, acompanhadas de parecer da empresa de auditoria e do relatório do ADMINISTRADOR.

Parágrafo Único – O ADMINISTRADOR compromete-se, ainda, a disponibilizar aos Cotistas todas as demais informações sobre o FUNDO e/ou sua administração e a facilitar aos Cotistas, ou terceiros em seu nome, devidamente constituídos por instrumento próprio, o exame de quaisquer documentos relativos ao FUNDO e à sua administração, mediante solicitação prévia com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, observadas as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável.

Artigo 35º O ADMINISTRADOR disponibilizará aos Cotistas e à CVM, quando aplicável: (a) o edital de convocação e outros documentos relativos às Assembleias Gerais de Cotistas, no mesmo dia de sua convocação; (b) sumário das decisões tomadas na assembleia geral de Cotistas, caso as Cotas estejam admitidas à negociação em mercados organizados, no mesmo dia de sua realização; (c) a ata de assembleia geral de Cotistas em até 8 (oito) dias após sua ocorrência; e (d) prospecto, material publicitário e anúncios de início e encerramento de oferta pública de distribuição de Cotas.

Artigo 36º Na ocorrência de alteração no valor justo dos investimentos do FUNDO, que impacte materialmente o seu Patrimônio Líquido, e do correspondente



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

reconhecimento contábil dessa alteração, no caso de o FUNDO ser qualificado como entidade para investimento nos termos da regulamentação contábil específica, o ADMINISTRADOR deve:

(i) disponibilizar aos Cotistas, em até 5 (cinco) dias úteis após a data do reconhecimento contábil: (a) um relatório, elaborado pelo ADMINISTRADOR, com as justificativas para a alteração no valor justo, incluindo um comparativo entre as premissas e estimativas utilizadas nas avaliações atuais e anterior; e (b) o efeito da nova avaliação sobre o resultado do exercício e Patrimônio Líquido do FUNDO apurados de forma intermediária; e

(ii) elaborar as demonstrações contábeis do FUNDO para o período compreendido entre a data de início do exercício e a respectiva data do reconhecimento contábil dos efeitos da nova mensuração caso: (a) sejam emitidas novas Cotas do FUNDO até 10 (dez) meses após o reconhecimento contábil dos efeitos da nova avaliação; (b) as Cotas do FUNDO sejam admitidas à negociação em mercados organizados; ou (c) haja aprovação por maioria das Cotas presentes em Assembleia Geral convocada por solicitação dos Cotistas do FUNDO.

Parágrafo Primeiro As demonstrações contábeis referidas no item (ii) deste Artigo 36º devem ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM e enviadas aos Cotistas e à CVM em até 90 (noventa) dias após a data do reconhecimento contábil dos efeitos da nova mensuração.

Parágrafo Segundo Fica dispensada a elaboração das demonstrações contábeis referidas no Parágrafo Primeiro acima quando estas se encerrarem 2 (dois) meses antes da data de encerramento do exercício social do FUNDO, salvo se houver aprovação dos Cotistas reunidos em Assembleia Geral, nos termos do disposto no item (ii), alínea (c) do Artigo 36º.

Artigo 37º O ADMINISTRADOR é obrigado a divulgar ampla e imediatamente (a) a todos os Cotistas, por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada Cotista e por meio do mesmo periódico no qual tenha sido publicado o anúncio de início da distribuição das Cotas do FUNDO, assim como por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM; e (b) à entidade administradora de mercado organizado onde as Cotas estejam admitidas à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do FUNDO ou aos Valores Mobiliários ou Outros Ativos integrantes de sua Carteira.

Parágrafo Primeiro Considera-se relevante qualquer deliberação da Assembleia Geral ou do ADMINISTRADOR, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado ao FUNDO que possa influir de modo ponderável:



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

- (i) na cotação das Cotas ou de Valores Mobiliários a elas referenciados;
- (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter as Cotas; e
- (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular das Cotas ou de Valores Mobiliários a elas referenciados.

Parágrafo Segundo Os atos ou fatos relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se o ADMINISTRADOR entender que sua revelação põe em risco interesse legítimo do FUNDO ou das Sociedades Alvo.

Parágrafo Terceiro O ADMINISTRADOR fica obrigado a divulgar imediatamente o ato ou fato relevante, na hipótese da informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada das Cotas do FUNDO.

Artigo 38º A publicação de informações referidas nos Artigos acima deve ser feita na página do ADMINISTRADOR na rede mundial de computadores e mantida disponível aos Cotistas em sua sede, bem como deve ser simultaneamente enviada ao mercado organizado em que as Cotas do FUNDO sejam admitidas à negociação e à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores.

CAPÍTULO X – FATORES DE RISCO

Artigo 39º Não obstante a diligência do ADMINISTRADOR e do GESTOR em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do FUNDO estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que o ADMINISTRADOR e o GESTOR mantenham rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e para os Cotistas. Os recursos que constam na Carteira do FUNDO e os Cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva ("Fatores de Risco"):

- (i) **RISCO DE CRÉDITO:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos Valores Mobiliários ou dos Ativos Financeiros ou pelas contrapartes das operações do FUNDO, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito dos emissores podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos ativos que compõem a Carteira do FUNDO;

114

6



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

(ii) RISCO DE DERIVATIVOS: consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do FUNDO, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos Cotistas. Mesmo para o FUNDO, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um *hedge* perfeito ou suficiente para evitar perdas ao FUNDO;

(iii) RISCO RELACIONADO A FATORES MACROECONÔMICOS E À POLÍTICA GOVERNAMENTAL: O FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do ADMINISTRADOR, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários, situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, que poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a Carteira do FUNDO e (b) inadimplência dos emissores dos ativos. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas e atrasos no pagamento de amortizações e regates. Não obstante, o FUNDO desenvolverá suas atividades no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. Ocasionalmente, o governo brasileiro intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios, as condições financeiras, os resultados operacionais do FUNDO e a consequente distribuição de rendimentos aos Cotistas. Impactos negativos na economia, tais como recessão, perda do poder aquisitivo da moeda e aumento exagerado das taxas de juros resultantes de políticas internas ou fatores externos podem influenciar nos resultados do FUNDO;

(iv) RISCO DE MERCADO: consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do FUNDO, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como taxa de juros, liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. A queda nos preços dos ativos integrantes da Carteira do FUNDO pode ser temporária, não existindo, no entanto,

115

b



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos Cotistas;

(v) RISCOS RELACIONADOS ÀS SOCIEDADES ALVO E AOS VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO DAS SOCIEDADES ALVO: Os investimentos do FUNDO são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista. A carteira de investimentos estará concentrada em Valores Mobiliários de emissão das Sociedades Alvo. Embora o FUNDO tenha sempre participação no processo decisório das respectivas Sociedades Alvo, não há garantias de (i) bom desempenho de quaisquer das Sociedades Alvo, (ii) solvência das Sociedades Alvo e (iii) continuidade das atividades das Sociedades Alvo. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da Carteira de investimentos e o valor das Cotas. Não obstante a diligência e o cuidado do ADMINISTRADOR, os pagamentos relativos aos Valores Mobiliários de emissão das Sociedades Alvo, como dividendos, juros e outras formas de remuneração/bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva Sociedade Alvo, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, o FUNDO e os seus Cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos;

(vi) RISCO SOBRE A PROPRIEDADE DAS SOCIEDADES ALVO: Apesar de a Carteira do FUNDO ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários de emissão das Sociedades Alvo, a propriedade das Cotas não confere aos cotistas a propriedade direta sobre tais Valores Mobiliários. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os Valores Mobiliários e Outros Ativos da Carteira de modo não individualizado, no limite deste Regulamento e da legislação em vigor, proporcionalmente ao número de Cotas que detém no FUNDO;

(vii) RISCOS RELACIONADOS AOS SETORES DE ATUAÇÃO DAS SOCIEDADES ALVO: O objetivo do FUNDO é realizar investimentos em Sociedades Alvo sujeitas a riscos característicos e individuais dos distintos segmentos em que atuam, os quais não são necessariamente relacionados entre si, e que podem, direta ou indiretamente, influenciar negativamente o valor das Cotas;

(viii) RISCOS RELACIONADOS À DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS DIRETAMENTE AOS COTISTAS: Os recursos gerados pelo FUNDO serão provenientes essencialmente dos rendimentos, dividendos e outras



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

remunerações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários integrantes de sua Carteira, bem como pela alienação de referidos Valores Mobiliários. Portanto, a capacidade do FUNDO de amortizar Cotas está condicionada ao recebimento pelo FUNDO dos recursos acima citados;

(ix) RISCO OPERACIONAL DAS SOCIEDADES ALVO: Em virtude da participação em Sociedades Alvo, todos os riscos operacionais das Sociedades Alvo poderão resultar em perdas patrimoniais e riscos operacionais ao FUNDO impactando negativamente sua rentabilidade. Além disso, o FUNDO influenciará na definição da política estratégica e na gestão das Sociedades Alvo;

(x) RISCO DE INVESTIMENTO EM SOCIEDADES ALVO CONSTITUÍDAS E EM FUNCIONAMENTO: O FUNDO poderá investir em Sociedades Alvo plenamente constituídas e em funcionamento. Desta forma, existe a possibilidade de tais companhias: (a) estarem inadimplente em relação ao pagamento de tributos federais, estaduais ou municipais; (b) estarem descumprindo obrigações relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; (c) possuírem considerável passivo trabalhista, ambiental, cível, entre outros. Dessa forma, dependendo da complexidade da questão e dos montantes envolvidos, o FUNDO e, conseqüentemente os Cotistas, poderão ter significativas perdas patrimoniais decorrentes dos eventos indicados acima;

(xi) RISCO DE DILUIÇÃO: o FUNDO poderá não exercer o direito de preferência que lhe cabe nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, que trata das sociedades por ações, em quaisquer aumentos de capital que venham a ser realizados pelas Sociedades Alvo. Dessa maneira, caso sejam aprovados quaisquer aumentos de capital das Sociedades Alvo no futuro, o FUNDO poderá ter sua participação no capital das Sociedades Alvo diluída;

(xii) RISCO DE CONCENTRAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO: A Carteira do FUNDO poderá estar concentrada nos Valores Mobiliários de emissão de uma única Sociedade Alvo. Quanto maior a concentração das aplicações do FUNDO nas Sociedades Alvo, maior será a vulnerabilidade do FUNDO em relação ao risco de tal emissora;

(xiii) RISCO DE PATRIMÔNIO NEGATIVO: as eventuais perdas patrimoniais do FUNDO não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os Cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais no FUNDO;

(xiv) RISCO RELACIONADO ÀS CORRETORAS E DISTRIBUIDORAS DE VALORES MOBILIÁRIOS: O FUNDO poderá ainda incorrer em risco de crédito na



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários;

(xv) RISCOS DE LIQUIDEZ DOS ATIVOS DO FUNDO: As aplicações do FUNDO nos Valores Mobiliários apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez garantida. Caso o FUNDO precise vender os Valores Mobiliários, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido, causando perda de patrimônio do FUNDO, e, consequentemente, do capital, parcial ou total, investido pelos Cotistas;

(xvi) RISCO DE LIQUIDEZ REDUZIDA DAS COTAS: O volume inicial de aplicações no FUNDO e a inexistência de tradição no mercado de capitais brasileiro de negociações envolvendo cotas de fundos fechados fazem prever que as Cotas do FUNDO não apresentarão liquidez satisfatória. Tendo em vista a natureza de fundo fechado, não será permitido ao Cotista solicitar o resgate de suas Cotas a qualquer momento, mas tão somente nas hipóteses previstas neste Regulamento;

(xvii) RISCO DO MERCADO SECUNDÁRIO: O FUNDO é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das Cotas só poderá ser feito ao término do Prazo de Duração do FUNDO, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas Cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas Cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor;

(xviii) RISCO DE RESTRIÇÕES À NEGOCIAÇÃO: As Cotas do FUNDO serão distribuídas mediante esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476/09, de modo que somente poderão ser negociadas no mercado secundário depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição. Desta forma, caso o investidor precise negociá-las antes desse prazo, ele estará impossibilitado de fazê-lo. Ainda, determinados ativos componentes da carteira do FUNDO, inclusive títulos públicos, podem estar sujeitos a restrições de negociação por parte das bolsas de valores e mercadorias e futuros ou de órgãos reguladores, especialmente o Banco Central do Brasil. Essas restrições podem ser relativas ao volume das operações, à participação no volume de negócios e às oscilações máximas de preços, entre outras. Em situações em que tais restrições estiverem sendo praticadas, as condições de movimentação dos ativos da carteira e precificação dos ativos poderão ser prejudicadas;



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

(xix) PRAZO PARA RESGATE DAS COTAS: Ressalvada a amortização de Cotas do FUNDO, pelo fato de o FUNDO ter sido constituído sob a forma de condomínio fechado, o resgate de suas Cotas somente poderá ocorrer após o término do Prazo de Duração do FUNDO, ocasião em que todos os Cotistas deverão resgatar suas Cotas, ou nas hipóteses de liquidação, conforme previsto neste Regulamento. Tal característica do FUNDO poderá limitar o interesse de outros investidores pelas Cotas do FUNDO, reduzindo sua liquidez no mercado secundário;

(xx) RISCO DE AMORTIZAÇÃO EM ATIVOS: Em caso de iliquidez dos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos do FUNDO, as Cotas do Fundo, por orientação do Comitê de Investimentos, poderão ser amortizadas mediante entrega de Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos aos Cotistas, proporcionalmente. Nesse caso, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para alienar tais ativos entregues como pagamento da amortização;

(xxi) RESGATE POR MEIO DA DAÇÃO EM PAGAMENTO DOS ATIVOS INTEGRANTES DE CARTEIRA DO FUNDO: Este Regulamento estabelece que, ao final do Prazo de Duração ou em caso de liquidação antecipada, o FUNDO poderá efetuar o resgate das Cotas mediante entrega de bens e direitos, caso ainda existam na Carteira do FUNDO. Nesse caso, os Cotistas poderão receber Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos em dação em pagamento pelo resgate de suas Cotas, nas respectivas proporções de participação no FUNDO, e poderão encontrar dificuldades para aliená-los;

(xxii) RISCO RELACIONADO AO DESEMPENHO PASSADO: Ao analisar quaisquer informações fornecidas em qualquer material de divulgação do FUNDO que venha a ser disponibilizado acerca de resultados passados de quaisquer mercados, ou de quaisquer investimentos em que o ADMINISTRADOR e/ou GESTOR tenham de qualquer forma participado, os investidores devem considerar que qualquer resultado obtido no passado não é indicativo de possíveis resultados futuros, e não há qualquer garantia de que resultados similares serão alcançados pelo FUNDO e/ou pelas Sociedades Alvo. Ainda, não há qualquer garantia de que o FUNDO encontrará investimentos compatíveis com sua política de investimento de forma a cumprir com seu objetivo de investimento. Considerando, também, o Prazo de Duração do FUNDO, que poderá ser prorrogado, mediante deliberação da Assembleia Geral em tal sentido, os investimentos estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, sem limitação, variação nas taxas de juros e índices de inflação e variação cambial;

(xxiii) INEXISTÊNCIA DE GARANTIA DE RENTABILIDADE: A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

participações no mercado ou no próprio FUNDO não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do FUNDO em Sociedades Alvo, caso as mesmas apresentem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas respectivas obrigações não permite que seja determinado qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para o FUNDO. Ademais, as aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia do ADMINISTRADOR, do GESTOR, do CUSTODIANTE, tampouco de qualquer mecanismo de seguro ou do FUNDO Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio líquido do FUNDO e, consequentemente, do capital investido pelos cotistas;

(xxiv) RISCOS DE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO E/OU AOS COTISTAS: A legislação aplicável ao FUNDO, aos Cotistas e aos investimentos efetuados pelo FUNDO, incluindo, sem limitação as leis tributárias e regulamentações específicas do mercado de fundos, está sujeita a alterações. Tais eventos poderão impactar de maneira adversa o valor das Cotas do FUNDO, bem como as condições para distribuição de rendimentos e para resgate das Cotas. Ademais, a aplicação de leis existentes e a interpretação de novas leis poderão impactar os resultados do FUNDO;

(xxv) RISCO DE NÃO REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTO PELO FUNDO: Os investimentos do FUNDO são considerados de longo prazo e o retorno do investimento em Sociedades Alvo pode não ser condizente com o esperado pelo cotista. Não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo FUNDO estarão disponíveis no momento e em quantidade conveniente ou desejável à satisfação da política de investimento do FUNDO, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo na não realização dos mesmos; e

(xxvi) RISCO CAMBIAL: Em função de parte da Carteira do FUNDO poder estar aplicada em ativos atrelados direta ou indiretamente à variação de moedas estrangeiras, as Cotas do Fundo poderão apresentar variação negativa, com a consequente possibilidade de perda do capital investido.

(xxvii) INEXISTÊNCIA DE GARANTIA DE ELIMINAÇÃO DE RISCOS: A realização de investimentos no FUNDO sujeita o investidor aos riscos aos quais o FUNDO e a sua Carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos Cotistas no FUNDO. Embora o ADMINISTRADOR mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do FUNDO, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e para os Cotistas. Em condições adversas de mercado, referido sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida. As eventuais perdas patrimoniais do FUNDO

120

b



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os Cotistas podem ser futuramente chamados a aportar recursos adicionais no FUNDO.

CAPÍTULO XI – LIQUIDAÇÃO

Artigo 40º O FUNDO entrará em liquidação ao final de seu Prazo de Duração ou por deliberação da Assembleia Geral.

Artigo 41º No caso de liquidação do FUNDO, o ADMINISTRADOR promoverá a divisão do patrimônio do FUNDO entre os Cotistas, deduzidas a Taxa de Administração e quaisquer outras despesas do FUNDO, na proporção de suas respectivas Cotas, no prazo máximo de 30 (trinta dias), devendo a Assembleia Geral que deliberar a liquidação manifestar-se a respeito de eventual pagamento em ativos aos Cotistas ou a alienação destes ativos em condições especiais.

Artigo 42º Ao final do Prazo de Duração do FUNDO ou em caso de liquidação antecipada, não havendo a disponibilidade de recursos, os Cotistas do FUNDO poderão receber Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos constantes da Carteira do FUNDO, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento, conforme venha a ser decidido pela Assembleia Geral que deliberar pela liquidação do FUNDO.

Parágrafo Primeiro Na hipótese de a Assembleia Geral de Cotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos bens e direitos para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Cotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o valor total das Cotas existentes à época. Após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da constituição do condomínio acima referido, o ADMINISTRADOR e o CUSTODIANTE estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o FUNDO perante as autoridades competentes.

Parágrafo Segundo O ADMINISTRADOR deverá notificar os Cotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de bens e direitos, na forma do Artigo 1.323 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil Brasileiro”), e (ii) informando a proporção de bens e direitos a que cada Cotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do ADMINISTRADOR perante os Cotistas após a constituição do referido condomínio.

Parágrafo Terceiro Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

envio da notificação, esta função será exercida pelo titular de Cotas que detenha a maioria das Cotas Seniores existentes.

Parágrafo Quarto O CUSTODIANTE fará a custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos pelo prazo de 30 (trinta) dias contados do envio da notificação referida no Parágrafo Terceiro acima, dentro do qual o administrador do condomínio eleito pelos Cotistas ou ao qual essa função tenha sido atribuída indicará ao ADMINISTRADOR e ao CUSTODIANTE data, hora e local para que seja feita a entrega dos Valores Mobiliários e Outros Ativos. Expirado este prazo, o ADMINISTRADOR poderá promover a consignação dos ativos da Carteira do FUNDO, na forma do Artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

Artigo 43º A liquidação do FUNDO será conduzida pelo ADMINISTRADOR, observando: (i) as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na Assembleia Geral de Cotistas; e (ii) que será conferido tratamento igual a todas as Cotas do FUNDO, sem privilégio de qualquer Cotista.

CAPÍTULO XII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 44º Os Cotistas deverão manter sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros: (i) as informações constantes de estudos e análises de investimento, elaborados pelo FUNDO, que fundamentem as decisões de investimento do FUNDO, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões, (ii) as suas atualizações periódicas, que venham a ser a eles disponibilizadas e (iii) os documentos relativos às operações do FUNDO.

Parágrafo Único - Excetua-se à vedação disposta acima, as hipóteses em que quaisquer das informações ali indicadas sejam reveladas, utilizadas ou divulgadas por qualquer Cotista (i) com o consentimento prévio e por escrito da Assembleia Geral de Cotistas; ou (ii) se obrigado por ordem expressa de autoridades legais, sendo que, nesta última hipótese, a Assembleia Geral, o ADMINISTRADOR deverá ser informado por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

Artigo 45º O comunicado, envio, divulgação e/ou disponibilização, pelo ADMINISTRADOR, de quaisquer informações, comunicados, cartas e documentos, cuja obrigação esteja disposta neste Regulamento ou na regulamentação vigente, será realizado por meio de correio eletrônico (e-mail), inclusive convocações.

Parágrafo Primeiro Fica facultado aos Cotistas solicitar, de forma expressa, por meio de declaração entregue ao ADMINISTRADOR, o envio das informações previstas no Caput por meio físico, sendo que nestes casos os custos de envio serão suportados pelo Fundo.



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

Parágrafo Segundo Manifestações de Cotistas, tais como voto, ciência, concordância ou quaisquer outras formas dispostas neste Regulamento ou na regulamentação vigente, poderão ser encaminhadas ao ADMINISTRADOR por meio de correio eletrônico, desde que o endereço eletrônico de origem seja previamente cadastrado pelos Cotistas na base de dados do ADMINISTRADOR. Não serão aceitos, computados ou considerados os votos ou manifestações enviados através de endereços de correio eletrônico não cadastrados no ADMINISTRADOR.

Artigo 46º Para obtenção de outras informações acerca do FUNDO, esclarecimento de dúvidas ou reclamações, os Cotistas poderão entrar em contato com o ADMINISTRADOR, por meio do e-mail fip@brltrust.com.br ou pelo telefone +55 11 3133-0350.

Artigo 47º Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir as questões ligadas ao presente Regulamento.

123



COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares – Centro – Rio de Janeiro - RJ – CEP: 20050-901 – Brasil

Tel.: (21) 3554-8686 - www.cvm.gov.br

Ficha de Cadastro de Participantes

Data da consulta: 18/05/2022

BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR - Fundos de Investimento em Participações - FIP

Dados Gerais

Tipo de Fundo:	FIP - Fundos de Investimento em Participações - FIP		
Categoria do Fundo:	Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia		
Denominação Social do Fundo:	BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR		
Número de Inscrição no CNPJ:	46.247.083/0001-19	Data de Constituição do Fundo:	19/04/2022
Situação:	Fase Pré-Operacional	Data:	16/05/2022
Código CVM:	0122124	Data de Registro do Fundo:	16/05/2022
Website do Fundo:	www.brltrust.com.br		

Investidores Qualificados?:	Sim		
Forma de Condomínio:	Fechado		
Prazo de Duração:	Determinado		
Forma de Integralização de Cotas:	Moeda Corrente Nacional / Bens ou Direitos		Em prazo determinado
Mercado de Negociação das Cotas:	Bolsa / Mercado de Balcão Organizado		

Prestadores Cadastrados

Administrador:	BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA.		
Número de Inscrição no CNPJ:	23.025.053/0001-62	Administrador do Fundo desde:	19/04/2022
Diretor Responsável:	DANILO CRISTÓFARO BARBIERI		
Endereço do Administrador:	RUA IGUAQUEMI, 151, 19º ANDAR, ITAIM BIBI, SÃO PAULO - SP, CEP: 14510-11		
E-mail:	dbarbieri@brltrust.com.br		
Telefones:			
Fax:			

Auditor Independente:	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES		
Número de Inscrição no CNPJ:	54.276.936/0001-79	Auditor do Fundo desde:	19/04/2022

Gestor(1):	BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA.		
Número de Inscrição no CNPJ:	23.025.053/0001-62	Gestor do Fundo desde:	19/04/2022

Custodiante:	BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.		
Número de Inscrição no CNPJ:	13.486.793/0001-42	Custodiante do Fundo desde:	19/04/2022

Escriturador:	BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.		
Número de Inscrição no CNPJ:	13.486.793/0001-42	Escriturador do Fundo desde:	19/04/2022

Distribuidor:	BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.		
Número de Inscrição no CNPJ:	13.486.793/0001-42	Distribuidor do Fundo desde:	19/04/2022



COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares – Centro – Rio de Janeiro - RJ – CEP: 20050-901 – Brasil

Tel.: (21) 3554-8686 - www.cvm.gov.br

Ficha de Cadastro de Participantes

Data da consulta: 18/05/2022

BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR - Fundos de Investimento em Participações - FIP

1ª Emissão de Cotas

A oferta pública de cotas será objeto de registro na CVM?	Não - Oferta Pública com Esforços Restritos (Instrução CVM 476/09)
Número de Classes da 1ª Emissão:	1

Nome de cada Classe	Nº Mínimo de Cotas da Classe	Nº Máximo de Cotas da Classe	Valor Unitário da cota	Valor Mínimo da 1ª Emissão (Classe)	Valor Máximo da 1ª Emissão (Classe)
	1	500000	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 500.000.000,00

Valor Mínimo da 1ª Emissão (Total):	R\$ 1.000,00
Valor Máximo da 1ª Emissão (Total):	R\$ 500.000.000,00

Regulamento

Início da Vigência:	19/04/2022
Identificação do Cartório:	
Número de Registro no Cartório:	Data de Registro no Cartório:

Referência Normativa	Dispositivos de Regulamento Descrição do Dispositivo	Regulamento
ICVM 578/16, Art. 9º, XXIV	*Data de encerramento do exercício social;	Artigo 34º
ICVM 578/16, Art. 9º, V	*Regras e critérios sobre a restituição do capital ou prorrogação deste prazo, no caso de não concretização do investimento no prazo estabelecido, observado o disposto no art. 11, § 5º;	Artigo 5º, Parágrafo 7º
ICVM 578/16, Art. 9º, XVI	*A possibilidade de realização de operações nas quais o administrador ou gestor atuem na condição de contraparte do fundo, observado o disposto no art. 44.	Artigo 5º, Parágrafo 12º
ICVM 578/16, Art. 9º, III	*Política de investimento a ser adotada pelo fundo, com a indicação dos ativos que podem compor a sua carteira e explicação sobre eventuais riscos de concentração e iliquidez desses ativos, incluindo a possibilidade de realização de adiantamentos para aumento de capital, conforme disposto no art. 5º, § 1º;	Artigos 4º ao 7º
ICVM 578/16, Art. 9º, XXII	*Possibilidade de utilização de bens e direitos, inclusive créditos e valores mobiliários, na integralização e amortização de cotas, bem como na liquidação do fundo, com o estabelecimento de critérios detalhados e específicos para a adoção desses procedimentos, observado o disposto no art. 20, §§ 5º ao 7º;	Artigo 15º, §1º
ICVM 578/16, Art. 9º, XIX	*Regras para a substituição do administrador e do gestor, observado o disposto nos arts. 41 e 42;	Artigo 12º
ICVM 578/16, Art. 9º, XXIII	*Possibilidade ou não de futuras emissões de cotas, direito de preferência dos cotistas à subscrição de novas emissões e, se for o caso, autorização para a emissão de novas cotas a critério do administrador ou gestor, independentemente de aprovação em assembleia geral e de alteração do regulamento;	Artigo 19º
ICVM 578/16, Art. 9º, X	*Despesas e encargos do fundo, observado o disposto no art. 45;	Artigo 32º
ICVM 578/16, Art. 9º, XIV	*Prazo de duração do fundo e condições para eventuais prorrogações;	"Definições"
ICVM 578/16, Art. 9º, IV	*Regras e critérios para a fixação de prazo para as aplicações a partir de cada integralização de capital, observado o disposto no § 3º;	Artigo 5º, Parágrafo 4º, I
ICVM 578/16, Art. 9º, XVIII	*Existência, composição e funcionamento de conselho consultivo, comitê de investimentos, comitê técnico ou de outro comitê, se houver, com a indicação das suas respectivas funções;	27º a 31º
ICVM 578/16, Art. 9º, XXV	*Possibilidade de a assembleia geral de cotistas deliberar sobre a prestação de fiança, aval, aceite, ou qualquer	Artigo 21º, "xi"



COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares – Centro – Rio de Janeiro - RJ – CEP: 20050-901 – Brasil

Tel.: (21) 3554-8686 - www.cvm.gov.br

Ficha de Cadastro de Participantes

Data da consulta: 18/05/2022

BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR - Fundos de Investimento em Participações - FIP

	outra forma de coobrigação e de garantias reais, em nome do fundo.	
ICVM 578/16, Art. 9º, VI	*Taxa de ingresso ou de saída a ser paga pelo cotista, se houver, e o critério para sua fixação;	Artigo 13º, Parágrafo 4º
ICVM 578/16, Art. 9º, XXI	*Hipóteses de liquidação do fundo;	Artigos 41º a 44º
ICVM 578/16, Art. 9º, VII	*Remuneração do administrador e do gestor e critério para sua fixação;	Artigo 13º
ICVM 578/16, Art. 9º, IX	*Informações a serem disponibilizadas aos cotistas, sua periodicidade e forma de divulgação, incluindo o conteúdo e periodicidade das informações previstas no art. 40, III;	Artigos 35º ao 49º
ICVM 578/16, Art. 9º, XVII	*Processo decisório para a realização, pelo fundo, de investimento e desinvestimento;	Artigo 5º
ICVM 578/16, Art. 9º, XII	*Direitos políticos e econômico-financeiros de cada classe de cotas, se aplicável;	n/a
ICVM 578/16, Art. 9º, XI	*Possibilidades de amortização e distribuição de rendimentos, com as respectivas condições;	Artigo 20º
ICVM 578/16, Art. 9º, VIII	*A taxa máxima de custódia, expressa em percentual anual do patrimônio líquido do fundo;	Artigo 13º, Parágrafo 5º
ICVM 578/16, Art. 9º, I	*Patrimônio inicial mínimo estabelecido para funcionamento do fundo;	Artigo 17º
ICVM 578/16, Art. 9º, XIII	*Competência da assembleia geral de cotistas, critérios e requisitos para sua convocação e deliberação;	Artigos 21º ao 26º
ICVM 578/16, Art. 9º, XX	*Tratamento a ser dado aos direitos oriundos dos ativos da carteira do fundo, incluídos mas não limitados aos rendimentos, dividendos e juros sobre capital próprio e forma de distribuição ou reinvestimento destes direitos;	Artigo 5º, Parágrafos 8º e 9º
ICVM 578/16, Art. 9º, II	*Qualificação do administrador e, se for o caso, do gestor;	"Definições"
ICVM 578/16, Art. 9º, XV	*Indicação de possíveis conflitos de interesses existentes no momento da constituição do fundo;	Artigo 26º



INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RAT
13ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SO
BRL TRUST INVESTIMENTOS LT
CNPJ/ME nº 23.025.053/0001-62
NIRE nº 35.229.364.992



Pelo presente instrumento,

1. **APEX FUND HOLDING LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 3228, conjunto 604, Jardim Paulista, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 37.668.744/0001-99, neste ato representada na forma de seu contrato social por seu administrador Thiago Rafael Raimondi, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 29.521.429-6 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 312.559.028-09, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Nove de Julho, nº 3228, sala 604, Jardim Paulista, CEP 01406-000 ("**Apex**").

Única sócia da **BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Itaim Bibi, CEP 01451-011, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.025.053/0001-62, com seu contrato inicial registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob NIRE 35.229.364.992 ("**Sociedade**");

Resolve, sem ressalvas ou restrições, aprovar a rerratificação de contrato social da Sociedade, na forma do § 2º do Art. 1.072 do Código Civil, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir:

1. **QUALIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

1.1. A Sócia resolve rerratificar o artigo 9º do Contrato Social da Sociedade, conforme alterado na 13ª Alteração ao Contrato Social deliberada em 06 de agosto de 2021 (vide item a seguir) e registrada perante a JUCESP sob o nº 426.682/21-0 em 26 de agosto de 2021, de forma a incluir a qualificação completa dos diretores eleitos.

"CLÁUSULA 9ª A Sociedade, que pode ser administrada por pessoa natural que não seja sócia, será administrada: (i) pelo Diretor de Administração Fiduciária Sr. **DANILO CHRISTÓFARO BARBIERI**, acima qualificado; (ii) pelo Diretor de Gestão, Sr. **RODRIGO MARTINS CAVALCANTE**, acima qualificado; (iii) pelo Diretor de Risco e Controles Internos, Sr. **MÁRIO SEGANTI ATHAYDE JUNIOR**, brasileiro, administrador de empresas, divorciado, portador da cédula de identidade nº 15.548.389-4, inscrito sob o CPF/ME nº 104.663.758-40, com escritório na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Bairro Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01.451-011; (iv) pelo Diretor de Tecnologia e Segurança da Informação, Sr. **EDUARDO SILVEIRA SOLURI**, acima qualificado; e (v) por 2 (dois) Diretores Sem Designação Específica, Sra. **DANIELA ASSARITO BONIFACIO BOROVIČZ**, acima qualificada, Sr. **ROBSON CHRISTIAN HERMARLE DOS REIS**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 24.258.171-17 – SSP, inscrito no CPF/ME sob o nº 143.824.418-54, com escritório na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Bairro Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01.451-011 (quando denominados em conjunto, "**Administradores**").

1.2. Tendo em vista o exposto acima, a redação passa a vigor da seguinte forma:

CLÁUSULA 9ª A Sociedade, que pode ser administrada por pessoa natural que não seja sócia, será administrada: (i) pelo Diretor de Administração Fiduciária Sr. **DANILO CHRISTÓFARO BARBIERI**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 30.937.394-3, expedida pelo SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 287.297.108-47, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Itaim Bibi, CEP 01451-011; (ii) pelo Diretor de Gestão, Sr. **RODRIGO MARTINS CAVALCANTE**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG

127

nº 24.217.492-9, expedida pelo SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 169.132.578-30, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Itaim Bibi, CEP 01451-011; (iii) pelo Diretor de Risco e Controles Internos, Sr. **MÁRIO SEGANTI ATHAYDE JUNIOR**, brasileiro, administrador de empresas, divorciado, portador da cédula de identidade nº 15.548.389-4, inscrito sob o CPF/ME nº 104.663.758-40, com escritório na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Bairro Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01.451-011; (iv) pelo Diretor de Tecnologia e Segurança da Informação, Sr. **EDUARDO SILVEIRA SOLURI**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da cédula de identidade RG nº 09650026-9, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/ME sob o nº 016.701.557-57, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Itaim Bibi, CEP 01451-011; e (v) por 2 (dois) Diretores Sem Designação Específica, Sra. **DANIELA ASSARITO BONIFACIO BOROVICZ**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 23.557.683-9, expedida pelo SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 320.334.648-65, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Itaim Bibi, CEP 01451-011, Sr. **ROBSON CHRISTIAN HERMARLE DOS REIS**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 24.258.171-17 – SSP, inscrito no CPF/ME sob o nº 143.824.418-54, com escritório na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Bairro Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01.451-011 (quando denominados em conjunto, "Administradores").

2. REFORMA E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Em decorrência das alterações acima, os sócios resolvem consolidar o texto do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

"BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA.
CNPJ/ME nº 23.025.053/0001-62
NIRE nº 35.229.364.992

128

CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

CLÁUSULA 1ª A Sociedade girará sob o nome empresarial BRL Trust Investimentos Ltda. ("Sociedade").

CLÁUSULA 2ª A sede, foro e domicílio da Sociedade será na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi nº 151, 19º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP 01451-011, podendo, por resolução dos sócios, abrir, transferir ou encerrar filiais, agências e escritórios em qualquer parte do País.

CLÁUSULA 3ª A Sociedade tem por objeto a prestação de serviços de (i) administração de carteiras de valores mobiliários de fundos de investimento em participação – FIP; fundos mútuos de investimento em empresas emergentes – FMIEE; fundos de investimento em quotas de fundo de investimento em participação – FICFIP; fundos investimento em participação de infraestrutura – FIP-IE; e fundos de investimento em participação na produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação – FIP-PD&I; (ii) gestão de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimento de qualquer natureza e/ou categoria; (iii) participação em outras sociedades, civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras; e (iv) prestação de serviços de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto intermediação imobiliária e de títulos e valores mobiliários.

CLÁUSULA 4ª A Sociedade iniciará suas atividades em 05 de agosto de 2015 e seu prazo de duração será indeterminado.

CAPÍTULO II **DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

CLÁUSULA 5ª O capital social totalmente subscrito e integralizado pelos sócios, em bens e em moeda corrente do País, é de R\$940.000,00 (novecentos e quarenta mil reais) dividido em 940.000 (novecentas e quarenta mil) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas:

Nome	Número de Quotas	Valor (R\$)
Apex Fund Holding Ltda.	940.000	940.000,00
Total	940.000	940.000,00

CLÁUSULA 6ª As quotas são indivisíveis e a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA 7ª Na proporção de suas respectivas quotas, os sócios terão preferência para a subscrição dos aumentos de capital.

CLÁUSULA 8ª Nos atos dos sócios, inclusive no que se refere à alteração do Contrato Social, as deliberações serão tomadas pelo voto favorável de quotistas representando a totalidade do capital social.

CAPÍTULO III **ADMINISTRAÇÃO**

CLÁUSULA 9ª A Sociedade, que pode ser administrada por pessoa natural que não seja sócia, será administrada: (i) pelo Diretor de Administração Fiduciária Sr. **DANILO CHRISTÓFARO BARBIERI**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 30.937.394-3, expedida pelo SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 287.297.108-47, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Itaim Bibi, CEP 01451-011; (ii) pelo Diretor de Gestão, Sr. **RODRIGO MARTINS CAVALCANTE**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 24.217.492-9, expedida pelo SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 169.132.578-30, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Itaim Bibi, CEP 01451-011; (iii) pelo Diretor de Risco e Controles Internos, Sr. **MÁRIO SEGANTI ATHAYDE JUNIOR**, brasileiro, administrador de empresas, divorciado, portador da cédula de identidade nº 15.548.389-4, inscrito sob o CPF/ME nº 104.663.758-40, com escritório na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Bairro Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01.451-011; (iv) pelo Diretor de Tecnologia e Segurança da Informação, Sr. **EDUARDO SILVEIRA SOLURI**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da cédula de identidade RG nº 09650026-9, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/ME sob o nº 016.701.557-57, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Itaim Bibi, CEP 01451-011; e (v) por 2 (dois) Diretores Sem Designação Específica, Sra. **DANIELA ASSARITO BONIFACIO BOROVIČZ**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 23.557.683-9, expedida pelo SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 320.334.648-65, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Itaim Bibi, CEP 01451-011, Sr. **ROBSON CHRISTIAN HERMARLE DOS REIS**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 24.258.171-17 – SSP, inscrito no CPF/ME sob o nº 143.824.418-54, com escritório na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Bairro Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01.451-011 (quando denominados em conjunto, “Administradores”).

Parágrafo 1º Caberá aos Administradores, em conjunto ou isoladamente, a prática de todos os atos em nome da Sociedade, com poderes para representar a Sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante órgãos reguladores, instituições financeiras, demais agentes de mercado e terceiros em geral.

Parágrafo 2º Além dos poderes gerais de que trata o parágrafo 1º acima, caberá a 2 (dois) Diretores em conjunto ou aos procuradores constituídos na forma do parágrafo 8º abaixo, os poderes para (i) assinar e endossar cheques; letras de câmbio, duplicatas; (ii) admitir e demitir empregados; (iii) praticar atos que exonerarem terceiros de obrigações financeiras para com a Sociedade; (iv) adquirir, alienar ou onerar bens da Sociedade, móveis ou imóveis, observado o disposto nos parágrafos 3º e 4º abaixo quanto aos bens do fundos ou clubes de investimento.

Parágrafo 3º O Diretor de Administração Fiduciária será o responsável pela atividade de administração fiduciária de carteira de valores mobiliários, nos termos do art. 4º, III e do art. 4º § 6º da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, detendo amplos poderes para representar a Sociedade na qualidade de administradora de fundos e/ou clubes de investimento, podendo obrigar e desobrigar os fundos, abrir, movimentar de forma ampla e encerrar contas bancárias perante qualquer instituição financeira pública ou privada, no Brasil ou no exterior, bem como perante qualquer entidade de mercado.

Parágrafo 4º O Diretor de Gestão será o responsável pela gestão de recursos de terceiros, nos termos do art. 4º, III, da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, detendo amplos poderes para representar a Sociedade na qualidade de gestora de fundos e/ou clubes de investimento, observadas as disposições previstas nos regulamentos de cada fundo, podendo obrigar e desobrigar os fundos geridos, abrir e encerrar contas bancárias destes perante qualquer instituição financeira pública ou privada, no Brasil ou no exterior, bem como perante qualquer entidade de mercado.

Parágrafo 5º O Diretor de Risco e Controles Internos será o responsável (i) pelo cumprimento das regras, políticas, procedimentos e controles internos e (ii) pela gestão de risco, nos termos do art. 4º, IV e V, da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, sem prejuízo de outras atribuições que forem designadas em reunião de quotistas.

Parágrafo 6º Os Diretores Sem Designação Específica terão as atribuições que lhe forem designadas em reunião de quotistas.

Parágrafo 7º A Sociedade, representada por quaisquer 2 (dois) diretores dentre (i) Diretores Sem Designação Específica, (ii) Diretor de Gestão ou (iii) Diretor de Administração Fiduciária, poderá constituir procuradores por meio de instrumento público ou particular para (a) representar a Sociedade, os fundos ou clubes de investimento, em juízo ou fora dele, para fins da cláusula "ad judicium" e "ad negotia"; (b) representar os fundos ou clubes de investimento para todo e qualquer fim, sem restrições; e (c) representar a Sociedade, assumindo obrigações ou exercendo direitos em qualquer ato contrato ou documento que acarrete responsabilidade para a sociedade, fundos ou clubes de investimento, exceto nas hipóteses de que trata o parágrafo 8º abaixo.

Parágrafo 8º Caberá a 2 (dois) Diretores em conjunto o poder de constituir procuradores com poderes especiais para (i) assinar e endossar cheques; letras de câmbio, duplicatas; (ii) admitir e demitir empregados; (iii) praticar atos que exonerarem terceiros de obrigações financeiras para com a Sociedade; (iv) adquirir, alienar ou onerar bens da Sociedade, móveis ou imóveis, excluídas dessa restrição os bens móveis ou imóveis dos fundos de investimento.

Parágrafo 9º As procurações outorgadas pela Sociedade deverão especificar as atribuições conferidas, bem como possuir prazo de vigência não superior a 1 (um) ano, exceto os mandatos "ad judicium" os quais poderão ser emitidos sem prazo fixado.

Parágrafo 10 São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Sociedade, os atos de qualquer dos sócios, procuradores ou empregados da Sociedade que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou transações estranhas ao seu objeto social inclusive a outorga de fianças, avais ou a prestação de quaisquer outras garantias, reais ou fidejussórias, em favor de terceiros.

Parágrafo 11 Os Administradores ficam expressamente dispensados da prestação de caução ou fiança em garantia do exercício de sua função e farão jus ao pró-labore que for estabelecido pelos sócios, observado o limite estabelecido pela legislação do Imposto de Renda, não podendo fazer uso da denominação sócia para a prática de atos estranhos aos interesses da Sociedade.

130

Parágrafo 12 A Sociedade não terá Conselho Fiscal.

CAPÍTULO III DELIBERAÇÕES SOCIAIS

CLÁUSULA 10 Anualmente, os sócios, reunir-se-ão ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social, para tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e a eventual distribuição de lucros; eleger ou destituir os administradores, quando for o caso; e fixar a remuneração dos administradores e qualquer assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo 1º Os documentos mencionados Cláusula 10 serão colocados à disposição dos sócios, na sede da Sociedade até 30 (trinta) dias antes da reunião anual de sócios.

Parágrafo 2º A reunião de sócios será realizada extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo 3º A convocação da reunião de sócios quotistas será efetuada, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, por meio de carta registrada ou telegrama, com protocolo de recebimento, enviada aos quotistas.

Parágrafo 4º Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem, ou declararem por escrito estarem cientes do local, data e ordem do dia.

Parágrafo 5º A reunião de quotistas torna-se dispensável quando os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto da ordem do dia.

Parágrafo 6º Todas as deliberações serão tomadas pelo voto favorável de quotistas representando a totalidade do capital social.

CAPÍTULO IV BALANÇO E RESULTADOS

CLÁUSULA 11 O exercício social iniciará em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

CLÁUSULA 12 No fim de cada exercício social será levantado um balanço geral. Os resultados nele apurados terão a destinação que lhes for atribuída pelos sócios representando, a totalidade do capital social da Sociedade, inclusive, distribuição de forma desproporcional à quantidade ou classe de quotas por quotistas. A Sociedade poderá levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos à conta de lucros apurados nestes balanços.

CAPÍTULO IV LIQUIDAÇÃO OU DISSOLUÇÃO

CLÁUSULA 13 A Sociedade somente será dissolvida por deliberação dos sócios ou nos casos previstos em lei. Nesses casos, proceder-se-á à liquidação de seu ativo e passivo e o remanescente do patrimônio social será atribuído aos sócios na proporção de suas participações no capital social. Os sócios estabelecerão o modo de liquidação e nomearão o liquidante dentre pessoas naturais de ilibada reputação, residentes e domiciliadas no Brasil.

Parágrafo Único A falência, liquidação, insolvência, falecimento ou retirada de qualquer sócio não implicará na dissolução da Sociedade, que continuará a existir com os sócios remanescentes, herdeiros e sucessores, devendo as quotas do sócio em questão ser adquiridas pelos sócios remanescentes, ou resgatadas pela Sociedade mediante aplicação de lucros ou outras reservas, pelo valor do patrimônio líquido apurado de acordo com o Balanço Patrimonial especialmente levantado para esse fim, dentro de 30 (trinta) dias contados da data do evento em questão. Os haveres assim apurados serão pagos em 6 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, a partir da data do Balanço Patrimonial especial.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 14 Os Administradores declaram sob as penas da lei que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA 15 Nas omissões deste Contrato Social e da legislação aplicável a este tipo societário aplicar-se-á subsidiariamente as disposições da Lei 6.404/76.

CLÁUSULA 16 Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo para dirimir qualquer conflito resultante deste Contrato Social."

E, por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, e para um só efeito, perante as testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, 22 de agosto de 2021.

APEX FUND HOLDING LTDA.
Representado por Thiago Rafael Raimondi

Testemunhas:

1. _____
Name: Daniela Assarito Bonifacio Borovicz
CPF/ME: 320.334.648-65

2. _____
Nome: Karina Azevedo Simões de Abreu
CPF: 370.601.858-60



132



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B8D6-C5FA-B2C3-8657> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B8D6-C5FA-B2C3-8657



Hash do Documento

1E19C93C3799269330961B0D77B54F88D6B77FDAB8A12C79110448D5641B6501

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/02/2022 é(são) :

☒ Thiago Rafael Raimondi - 312.559.028-09 em 18/02/2022 16:46
UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Karina Azevedo Simões de Abreu - 370.601.858-60 em
18/02/2022 16:02 UTC-03:00

Nome no certificado: Karina Azevedo Simoes De Abreu

Tipo: Certificado Digital

☒ Daniela Assarito Bonifacio Borovicz - 320.334.648-65 em
18/02/2022 16:00 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



Concessão de direito real de uso de áreas públicas e de encargos decorrentes, com opção de transferência de propriedade, no projeto público de Irrigação Baixo de Irecê - etapas 3 a 9, localizado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia.

2. CONTRATO DE INTERMEDIÇÃO ENTRE A PARTICIPANTE CREDENCIADA E A LICITANTE, ACOMPANHADO DA COMPROVAÇÃO DOS PODERES DE SEUS SIGNATÁRIOS, OBSERVADAS AS REGRAS ESPECÍFICAS SOBRE OS PODERES DE PARTICIPANTES CREDENCIADAS PREVISTAS NO ANEXO 17

CONTRATO DE INTERMEDIÇÃO ENTRE A PARTICIPANTE CREDENCIADA E A LICITANTE

REFERÊNCIA: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREAS PÚBLICAS E DE ENCARGOS DECORRENTES, COM OPÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE, NO PROJETO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO BAIXIO DE IRECÊ - ETAPAS 3 A 9, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE XIQUE-XIQUE, NO ESTADO DA BAHIA.

Ativa Investimentos S.A Corretora de Títulos, Câmbio e Valores, sociedade com sede na Avenida das Américas, nº 3.500, Condomínio Le Monde Office, Bloco 01, Edifício Londres 1.000, Salas 311 a 318, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF nº 33.775.974/0001-04, neste ato representada na forma de seu ato constitutivo; e

BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR, fundo de investimento em participações, com sede à Rua Iguatemi nº 151, 19º andar, Bairro Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.451-011, inscrito no CNPJ/ME sob nº 46.247.083/0001-19, devidamente representado;

RESOLVEM celebrar o presente, para intermediação da Licitante por Participante Credenciada para a participação no Leilão em epígrafe.

1. A Licitante e a Participante Credenciada declaram conhecer, acatar e adimplir, sem ressalvas, todos os termos, normas, obrigações, condições, formas e prazos dos documentos relativos ao Leilão, os quais, para todos os fins, são parte integrante deste contrato, e, portanto, permitem a adoção dos mesmos significados das expressões:

- EDITAL, Anexos e MANUAL B3 de Procedimentos do Leilão;
- Cronograma;
- Documentos e alterações expedidas pela Comissão Técnica de Julgamento; e
- Subsidiariamente, as normas e procedimentos da B3, relativas a leilões em geral.

2. As partes comprometem-se a entregar, a Licitante à Participante Credenciada, e a Participante Credenciada à Comissão Técnica de Julgamento, na B3 ou à B3, conforme aplicabilidade e cronograma do EDITAL:

- Invólucros 1, 2 e 3;
- Ofertas à viva-voz, se desejar; e
- Remuneração da B3, se assim acordado entre as partes.

3. A Participante Credenciada indica desde já seus operadores, para atuarem na Sessão Pública:

- Operador principal: Jose Henrique Sapag Arvelos, inscrito no CPF

445.550.081-20; e

- Operador contingência: Marcelo Tadeu Donnici Magri, inscrito no CPF 130.116.618-98.

3.1. A credencial do operador da Participante Credenciada deverá ser retirada 30 (trinta) minutos antes do início da Sessão Pública, diretamente com o Diretor da Sessão ou representante da B3. Ao término da sessão, a credencial deve ser devolvida no mesmo local em que foi retirada.

4. A Participante Credenciada é obrigada como responsável e principal pagadora da remuneração da B3, nos termos do EDITAL e do MANUAL B3 de Procedimentos do Leilão.

5. A taxa de corretagem da Participante Credenciada, para a realização da intermediação, objeto deste contrato, é livremente pactuada entre as partes em R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), a serem pagos em até 10 (dez) dias após a realização do Leilão.

6. A Participante Credenciada não se responsabilizará pela eventual não inclusão da Licitante no rol de aptos e/ou habilitados para a Sessão Pública.

7. A Licitante reconhece e autoriza o bloqueio compulsório e/ou a execução, pela Comissão Técnica de Julgamento e/ou B3, conforme aplicável, de ativos aceitos como Garantia de Proposta, de acordo com o Edital e o Manual B3 de Procedimentos do Leilão.

8. A execução de Garantia de Proposta será feita mediante alienação, prática, ato, forma, modo, inclusive extrajudicial, que for mais eficaz para obtenção dos recursos necessários ao bom adimplemento das obrigações contraídas pela Licitante em virtude de sua participação no Leilão.

9. A Licitante, por este instrumento, outorga em caráter irrevogável e irretratável à Participante Credenciada, poderes especiais para representá-la perante a B3, os demais Licitantes, instituições bancárias ou não, Banco Central do Brasil, entre outras entidades públicas ou sistemas centralizados ou de custódia, a fim de exercer todos os direitos e assumir todas as obrigações decorrentes do Leilão que por sua conta e ordem deverão ser adimplidas na forma deste contrato, do Edital e do MANUAL B3 de Procedimentos do Leilão, podendo, para tanto, instruir documentos pertinentes à operação e ao procedimento de sua liquidação financeira de todo e qualquer ativo utilizado como meio de pagamento ou garantia, acordar, transferir, receber e dar quitação, firmar compromissos, emitir, sacar e assinar títulos e documentos em nome da Licitante, bem como transigir e praticar todos os demais atos necessários à utilização de Garantia de Proposta, nos termos do Edital e do MANUAL B3 de Procedimentos do Leilão, ficando, por fim, outorgado e sem reservas à B3 idênticos poderes conferidos à Participante Credenciada, independentemente da ordem de nomeação supra, para, por conta e ordem da Comissão Técnica de Julgamento, praticar os atos necessários e relativos à promoção, administração, compensação e

liquidação dos meios de pagamento e garantias que a qualquer título lhe forem entregues, nos termos do EDITAL e do MANUAL B3 de Procedimentos do Leilão.

10. O presente contrato terá sua vigência terminada a partir do advento de ambos os eventos:

- retirada de Garantia de Proposta pela Participante Credenciada da B3 e devolução
- a Licitante; e
- confirmação do recebimento da remuneração da B3.

10.1. Ainda que haja a rescisão, ficam resguardados os direitos adquiridos pelas partes e a produção de todos os efeitos decorrentes da celebração deste contrato quanto às obrigações pendentes, até que sejam devidamente quitadas.

11. Toda e qualquer omissão ou tolerância das partes em relação aos direitos e obrigações decorrentes deste contrato, não importará, salvo disposição expressa em contrário, em renúncia a tais direitos, nem se constituirá em alteração ou novação ao presente contrato.

12. O presente contrato obriga, também, a todos os herdeiros e sucessores das partes.

13. A Participante Credenciada se compromete a manter sigilo quanto à identificação e informações relativas a Licitante, apenas revelando-as à B3, à Comissão Técnica de Julgamento, na forma e para os fins deste contrato.

14. A Licitante se compromete a manifestar expressamente à Participante Credenciada qualquer alteração de suas condições ou informações, para a atuação desta e considerado o devido enquadramento e observância das condições de participação no Leilão, junto à B3, à Comissão Técnica de Julgamento.

15. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo como o competente para dirimir as dúvidas supervenientes, ressalvado a opção da Corretora Credenciada, quando autor da ação, de ajuizá-la no domicílio da Licitante, se este for diverso do dela.

16. As dúvidas e controvérsias advindas deste contrato serão dirimidas pela B3, ouvida a Comissão Técnica de Julgamento, previamente a eventual interpelação judicial, feita por qualquer das partes.

E por estarem as partes contratantes no mais absoluto acordo e entendimento, assinam o presente instrumento em 4 vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, para que se produzam todos os seus efeitos e fins.

São Paulo, 24 de maio de 2022.

137

**BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA
INVESTIMENTO NO EXTERIOR
CNPJ: 46.247.083/0001-19**

Por: Augusto Kiyoshi Nishi
Representante Credenciado
RG: 11.687.841 / CPF: 126.348.778-54

**ATIVA INVESTIMENTOS S.A. CORRETORA DE TÍTULOS, CÂMBIO E VALORES
CNPJ: 33.775.974/0001-04**

Jose Henrique Sapag Arvelos
CPF: 445.55.081-20

Guilherme Uchôa Coelho
CPF: 144.834.607.06

Testemunhas:

Nome: Marisa Teixeira de Souza
CPF: 153.080.638-00

Nome: Gabrielle da Silva Mascarenhas
CPF: 161.382.917-51

138

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4908-71CD-A2E4-6A9A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4908-71CD-A2E4-6A9A



Hash do Documento

77C409DBC9AD11FC3B304DA53881FA9CCA296BBB4CB87521C153B2C544B254E3

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/05/2022 é(são) :

☒ Juliana Figueiredo de Oliveira (Testemunha) - 124.663.617-44 em
24/05/2022 17:33 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Guilherme Uchoa Coelho (Signatário) - 144.834.607-06 em
24/05/2022 17:31 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Augusto Kiyoshi Nishi (Signatário) - 126.348.778-54 em
24/05/2022 17:10 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Jose Henrique Sapag Arvelos (Signatário) - 445.550.081-20 em
24/05/2022 17:07 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Marisa Teixeira de Souza (Testemunha) - 153.080.638-00 em
24/05/2022 17:05 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital





LIVRO:7925

ATO:028

FLS:034/035

TRASLADO

PROCURAÇÃO, bastante que faz na forma abaixo:

ATIVA INVESTIMENTOS

S A I B A M quantos esta virem que no ano de dois mil e VINTE E UM, aos DOZE dias do mês de ABRIL, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado do mesmo nome, em o Cartório do 24º Ofício de Notas, à Avenida Almirante Barroso, nº 139 - Loja C, e perante mim, THIAGO BESERRA ALVES, Tabelião Substituto, matrícula nº94/10885, compareceu como **OUTORGANTE: ATIVA INVESTIMENTOS S.A. CORRETORA DE TÍTULOS, CÂMBIO E VALORES**, com sede na Avenida das Américas, nº 3.500, Condomínio Le Monde Office, Bloco 01, Edifício Londres 1.000, salas 311 a 318, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 33.775.974/0001-04, neste ato representada por seus Diretores, Sra. **JULIANA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, advogada, portadora da identidade nº 182.553, expedida pela OAB/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 124.663.617-44, residente e domiciliada na Avenida Jornalista Tim Lopes, nº 255, apto. 404, Bloco 12, Barra da Tijuca, CEP 22.640-105, cidade e Estado do Rio de Janeiro, e Sr. **ATTILIO DE SOUZA MELLO BOSELLI**, brasileiro, em união estável, operador de Mercado Financeiro e de Capitais, portador da carteira de identidade nº 447515021, expedida pela MTPS/RJ, e inscrito no CPF/ME sob o nº 731.191.997-53, residente e domiciliado na Rua Ipanema, nº 53, apto. 1502, Barra da Tijuca, CEP 22.631-390, cidade e Estado do Rio de Janeiro; por mim identificados, conforme documentos mencionados, do que dou fé e perante mim, pela **OUTORGANTE**, por seus representantes legais, me foi dito, que por este público instrumento nomeia e constitui seus bastantes **PROCURADORES**, os Srs. **MARCELO TADEU DONNICI MAGRI**, brasileiro, casado, economista, portador da

140

AAA 019657705

carteira de identidade nº 18.317.388-0, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 130.116.618-98, residente e domiciliado na Av. Brás Leme, nº 2214, apto. 154, Bairro Santana, CEP 02.022-020, cidade e Estado de São Paulo; **VICTOR GOMES MALAQUIAS**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 21.538.638-4, emitida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 113.331.127-00, residente e domiciliado na Rua Silvia Pozzano, nº 2880, Recreio dos Bandeirantes, CEP 22.790-671, cidade e Estado do Rio de Janeiro; **MÔNICA MARIA MARTINS DE LUCENA**, brasileira, casada, administradora, portadora da carteira de identidade nº 094172574, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 023.059.817-08, residente e domiciliada na Rua dos Evangélicos, 17, Bairro Prata, cidade de Nova Iguaçu e Estado do Rio de Janeiro, CEP 26.010-165, **JOSÉ HENRIQUE SAPAG ARVELOS**, brasileiro, casado, Corretor de Valores, portador da carteira de identidade nº 24.105.846-6, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 445.550.081-20, residente e domiciliado na Rua Adalivia de Toledo 310, apto. 24, CEP 05.683-000, Real Parque, São Paulo, SP, e **GUILHERME UCHÔA COELHO**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade nº 200.873, expedida pela OAB/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 144.834.607-06, residente e domiciliado na Rua Marituba 200, casa, Itanhangá, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.641-490, **doravante designados Procuradores "A"**; e os Srs. **FELIPE DE PAULA MACHADO GALVÃO**, brasileiro, solteiro, jornalista, portador da identidade nº 020.243.845-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 099.562.957-95, residente e domiciliado na Rua Felisberto Freire, 308 – Pq. Beira Mar, CEP 25.085-485, cidade de Duque de Caxias e Estado do Rio de Janeiro; **RODRIGO CARVALHO ROCHA DE ALBUQUERQUE**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 11.661.323-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 111.007.597-94, residente e domiciliado na Rua Major Rubens Vaz, nº 702, apto. 1001, Gávea, CEP 22.470-070, cidade e Estado do Rio de Janeiro; **LILIANE COSTA MOURA**, brasileira, união estável, administradora, portadora da carteira de identidade nº 29.319.400-7, expedida pela DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 109.503.737-45, residente e domiciliado na Avenida Marechal Mário Guedes, n 2, apto 161, Torre 4, Jaguaré, CEP 05.348-010, cidade e Estado de São Paulo; e **THAIANA CAISA GOMES DA CONCEIÇÃO SILVA**, brasileira, solteira, Economista, portadora da identidade nº 24.809.283-5, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 114.903.077-10,





residente e domiciliada à Rua Doutor Luis Bicalho, 160, Rocha Miranda, cidade e Estado do Rio de Janeiro, **doravante designados Procuradores "B". Aos Procuradores A e B, a OUTORGANTE confere poderes para, agindo sempre com um Diretor ou em conjunto de dois procuradores entre si, neste caso com a presença obrigatória de pelo menos um Procurador A ou B, com exceção dos Procuradores B, que só poderão agir em conjunto com um Procurador A ou com um Diretor da OUTORGANTE,** representar a OUTORGANTE em todas as unidades da Federação, perante as repartições e órgãos públicos da administração direta ou indireta; estabelecimentos de crédito e instituições financeiras, notadamente o Banco do Brasil S.A., o Banco Bradesco S.A., o Banco BM&FBOVESPA S.A., o Banco Itaú S.A., a Caixa Econômica Federal; as Juntas Comerciais de todos os Estados da Federação; a BM&FBOVESPA, a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia-CBLC, a BM&FBOVESPA Supervisão de Mercados - BSM, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, o Banco Central do Brasil - BACEN; quaisquer entidades e empresas privadas; podendo requerer, responder e assinar ofícios, requerimentos, termos e declarações, recorrer, assinar contratos, cumprir exigências, encaminhar operações com eventuais clientes da OUTORGANTE perante o Mercado de Capitais; efetuar a transferência de ativos de clientes diante de Ordem de Transferência de Ações Escriturais (OTA) e de Solicitação de Transferência de Valores Mobiliários (STVM); abrir e movimentar contas bancárias, aceitar e emitir títulos de crédito e cheques, fazer retiradas mediante recibos, autorizar débitos, transferências e pagamentos por meio de cartas, requisitar talões de cheques para uso da OUTORGANTE, podendo receber e dar quitação, receber cheques, promissórias, títulos de crédito, receber e transferir Letras do Tesouro Nacional, obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e quaisquer outros títulos de emissão do Governo Federal, Estadual ou Municipal; receber juros e/ou resgates de OTN - Obrigações do Tesouro Nacional e Obrigações Estaduais e Municipais, podendo subscrever nominalmente em favor da OUTORGANTE e retirá-las e todos os demais documentos e correspondências da OUTORGANTE com aquelas carteiras, endossar cheques para depósitos em conta corrente da OUTORGANTE nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, assinar o "Doc. 8" do Sistema Especial de Liquidação ou Custódia SELIC; assinar o "Doc." da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, assinar o "Doc." do Sistema Nacional de Ouro - SINO, nomear prepostos, constituir

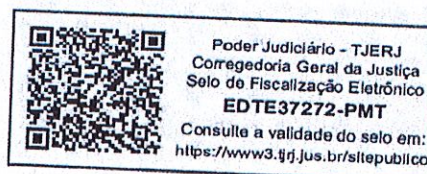
141

AAA 019657706

advogados conferindo-lhes poderes "ad judicium et extra" para o foro em geral. Somente as fichas cadastrais e contratos em geral celebrados com pessoas físicas e jurídicas, e/ou com instituições financeiras, em que a **OUTORGANTE** figure na qualidade de contratante ou contratada, poderão ser assinados por Procurador "B" em conjunto com outro Procurador "B" sem a presença de um Procurador "A" ou Diretor. O presente mandato é válido pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar desta data. Ainda, caso algum dos procuradores seja desligado da empresa **OUTORGANTE**, os respectivos poderes conferidos perderão sua validade e eficácia. **LAVRADA SOB MINUTA.** As custas da presente importam em R\$275,30(Tab. 22, 1.2, "a") + R\$26,96(comunicações) + R\$11,63(arquivamento – tab. 16, nº4) + R\$62,78(20% do FETJ) + R\$15,69(5% do FUNDPERJ) + R\$15,69(5%FUNPERJ) + R\$12,56(4%FUNARPEN) + R\$5,51(2% Lei 6370/2012) + R\$13,77(5% ISS) + R\$31,47(ao 6ºdistribuidor). ASSIM o disse, do que dou fé e me pediu este instrumento que lhes sendo lido em voz alta e clara, aceita e assina dispensando a presença de testemunhas. Eu, THIAGO BESERRA ALVES, Tabelião Substituto, matrícula nº94/10885, lavrei, li e encerro a presente colhendo as assinaturas. (ASS) - OUTORGANTE - ATIVA INVESTIMENTOS S.A. CORRETORA DE TÍTULOS, CÂMBIO E VALORES, por Sra. JULIANA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA. - OUTORGANTE - ATIVA INVESTIMENTOS S.A. CORRETORA DE TÍTULOS, CÂMBIO E VALORES, pelo Sr. ATTILIO DE SOUZA MELLO BOSELLI. EXTRAÍDA HOJE. ATO SUBSCRITO E ENCERRADO POR MIM.







00-2020/180900-1

JUCERJA

Último arquivamento:
00003930133 - 08/09/2020

NIRE: 33.3.0004964-9

ATIVA INVESTIMENTOS S A CORRETORA DE TITULOS CAMBIO E VALORES

Boleto(s):

Hash: 5C1C8126-EFFB-4A64-827A-7AB38D141BB0

Orgão	Calculado	Pago
Junta	610,00	610,00
DNRC	0,00	0,00

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0004964-9

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nome

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

ATIVA INVESTIMENTOS S A CORRETORA DE TITULOS CAMBIO E VALORES

Código Ato

Eventos

006

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
999	1	Ata de Assembleia Geral Ordinária / Sem Eventos (Empresa)
XXX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR APARECIDA MARIA PEREIRA DA SILVA LOPES, BERNARDO FEIJÓ SAMPAIO BERWANGER E CLAUDIO DA CUNHA VALLE SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Município	Estado
00003933938	33.775.974/0001-04	Avenida Das Americas 3500	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro	RJ
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX

Deferido em 14/09/2020 e arquivado em 15/09/2020

Nº de Páginas Capa Nº Páginas

4

1/1

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL

Observação:

142

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ATIVA INVESTIMENTOS S A CORRETORA DE TITULOS CAMBIO E VALORES

NIRE: 333.0004964-9 Protocolo: 00-2020/180900-1 Data do protocolo: 11/09/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/09/2020 SOB O NÚMERO 00003933938 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 7E5715657D4F11DCC3D2872680E2061D64FC95E4D84956E92508F9995B57F99A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.


Pag. 1/7

1

2

3

4



NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0004964-9

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2020/180900-1

11/09/2020 14:20:40

JUCERJA

Último arquivamento:

00003930133 - 08/09/2020

NIRE: 33.3.0004964-9

ATIVA INVESTIMENTOS S A CORRETORA DE TITULOS CAMBIO E VALORES

Boleto(s): 103443179

Hash: 5C1C8126-EFFB-4A64-827A-7AB38D141BB0

Orgão	Calculado	Pago
Junta	610,00	610,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

ATIVA INVESTIMENTOS S A CORRETORA DE TITULOS CAMBIO E VALORES

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
006	999	1	Ata de Assembleia Geral Ordinária / Sem Eventos (Empresa)
	XXX	XXX	XX
	XXX	XXX	XX
	XXX	XXX	XX
	XXX	XXX	XX

Requerente

Nome:	Rafael Luiz Pinho de Andrade
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	21970032895
E-mail:	rafael.pinho95@gmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	11/09/2020
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

11/09/2020

Data



00-2020/180900-1

143

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ATIVA INVESTIMENTOS S A CORRETORA DE TITULOS CAMBIO E VALORES

NIRE: 33.3.0004964-9 Protocolo: 00-2020/180900-1 Data do protocolo: 11/09/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/09/2020 SOB O NÚMERO 00003933938 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 7E5715657D4F11DCC3D2872680E2061D64FC95E4D84956E92508F9995B57F99A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 2/7

ATIVA INVESTIMENTOS S.A. CORRETORA DE TÍTULOS, CÂMBIO E VALORES

CNPJ/ME nº 33.775.974/0001-04

NIRE: 33.3.0004964-9

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO 2020.**

I – DATA, HORA, LOCAL DE REALIZAÇÃO: Aos 30 (trinta) dias do mês de junho de 2020, às 9:00, na sede social da empresa, na Av. das Américas, 3.500, Bloco 01, Salas 311 a 318, Edifício Londres 1.000, Condomínio Le Monde, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.640-102.

II – CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Compareceram os acionistas representando a totalidade do capital social da empresa, conforme lista de presença, dispensada a publicação do anúncio da convocação na forma do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76.

III – COMPOSIÇÃO DA MESA: Como Presidente, o Sr. **Guilherme Uchôa Coelho**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade nº 200.873, expedida pela OAB/RJ, e inscrito no CPF/ME sob o nº 144.834.607-06, e, como Secretária, a Sra. **Carina da Silva Pianzoli**, brasileira, solteira, analista jurídico, portadora da carteira de identidade 16.205-38, expedida pelo DETRAN/RJ, e inscrita no CPF/ME sob o nº 132.906.997-81.

IV - ORDEM DO DIA:

(a) Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, bem como o Parecer dos Auditores Independentes, publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Monitor Mercantil, conforme documentação anexa publicada em 02/04/2020;

(b) Ratificar a distribuição de dividendos, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), formalizada em 16/12/2019 por meio de ata específica;

(c) Ratificar, também, a distribuição de dividendos, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), formalizada em 03/01/2020 por meio de ata específica;

(d) aprovar a distribuição de dividendos aos acionistas, na proporção da participação de cada um na sociedade, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e

(e) Reeleger os membros da Diretoria da Sociedade:

DELIBERAÇÕES:

Aberta a sessão, o Sr. Presidente lembrou a todos que foi efetuada a publicação, em 02/04/2020, das demonstrações financeiras da companhia, com data-base de 31/12/2019, no

144

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ATIVA INVESTIMENTOS S A CORRETORA DE TITULOS CAMBIO E VALORES

NIRE: 333.0004964-9 Protocolo: 00-2020/180900-1 Data do protocolo: 11/09/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/09/2020 SOB O NÚMERO 00003933938 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 7E5715657D4F11DCC3D2872680E2061D64FC95E4D84956E92508F9995B57F99A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Monitor Mercantil, conforme documentação anexa.

Em seguida, foi feita a leitura da ordem do dia pelo Secretário e após a discussão das matérias, decidiram os acionistas, sem divergências, unanimemente:

(a) aprovar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, bem como o Parecer dos Auditores Independentes, publicados em 02/04/2020 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Monitor Mercantil, conforme documentação anexa;

(b) Ratificar a distribuição de dividendos, no valor de R\$ 2.000.000,00 (2 milhões de reais), formalizada em 16/12/2019 por meio de ata específica;

(c) Ratificar, também, a distribuição de dividendos, no valor de R\$ 2.000.000,00 (2 milhões de reais), formalizada em 03/01/2020 por meio de ata específica;

(d) aprovar a distribuição de dividendos aos acionistas, na proporção da participação de cada um na sociedade, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, em consonância com o art. 5º da Resolução CMN nº 4.820/2020, de forma consistente e sem comprometer a realidade econômico-financeira da sociedade; e

(e) eleger os membros da Diretoria da Sociedade, todos para o cargo de Diretor sem designação especial, os quais preencheram as condições previstas na Resolução nº 4.122 de 02/08/2012, do Conselho Monetário Nacional, e declararam aceitar os cargos para os quais são eleitos, afirmando conhecerem plenamente a legislação, com mandato até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2022, a saber:

- (i) **Augusto Afonso Teixeira de Freitas**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da carteira de identidade RG nº 06370971-1, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 890.480.407-87, residente e domiciliado na Rua Timóteo da Costa, nº 297, apto. 903, Leblon, CEP 22450-130, cidade e Estado do Rio de Janeiro;
- (ii) **Attilio de Souza Mello Boselli**, brasileiro, em união estável pelo regime de comunhão parcial de bens, operador de mercado financeiro e de capitais, portador da carteira de identidade nº 447515021, expedida pela MTPS-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 731.191.997-53, residente e domiciliado na Rua Ipanema, nº 53, apto. 1502, Barra da Tijuca, CEP 22631-390, cidade e Estado do Rio de Janeiro;
- (iii) **Raul Camillo Correa Meyer**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, nascido em 16/03/1984, portador da carteira de identidade RG nº 11434477-3, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 092.872.837-45, residente e domiciliado na Rua

145

Dona Mariana, nº 100, apto. 707, Botafogo, CEP 22280-020, cidade e Estado do Rio de Janeiro;

- (iv) **Sylvio Araújo Fleury**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 536318438, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 885.705.417-91, residente e domiciliado na Rua Francisco Preto, nº 46, apto. 22, Vila Morse, São Paulo, CEP 05623-010, cidade e Estado de São Paulo;
- (v) **Helena Procopio de Araújo Carvalho**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora de empresas, portadora da carteira de identidade RG nº 30000006 -6, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 295.769.918-46, residente e domiciliada na Rua Doutor Clovis de Oliveira, nº 704, apto. 61, Vila Progredior, CEP 05616-073, cidade e Estado de São Paulo;
- (vi) **Juliana Figueiredo de Oliveira**, brasileira, brasileira, solteira, advogada, portadora da identidade nº 449691652, expedida pelo SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 124.663.617-44, residente e domiciliada na Avenida Jornalista Tim Lopes, nº 255, apto. 404, Bloco 12, Barra da Tijuca, CEP 22640-105, cidade e Estado do Rio de Janeiro, cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Os Diretores ora eleitos tomarão posse mediante a assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões de Diretoria da Sociedade. A posse dos diretores ora eleitos ficará condicionada à homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil.

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: Os eleitos declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da sociedade, nem estarem condenados ou sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser considerado, o Presidente declarou encerrada a Assembleia, lavrando-se a presente Ata, que após a leitura foi assinada por todos.

ASSINATURAS: GUILHERME UCHÔA COELHO – **Presidente da Mesa**; CARINA DA SILVA PIANZOLLI – **Secretária da Mesa**; JORGE NUNO ODONE DE VICENTE DA SILVA SALGADO, AUGUSTO AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS e AVITA PARTICIPAÇÕES LTDA. – **Acionistas**.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2020.

DocuSigned by:

Guilherme Uchôa Coelho

F7D00F3F508B480...

GUILHERME UCHÔA COELHO

Presidente

DocuSigned by:

Carina da Silva Pianzoli

A1F098084AC04C7...

CARINA DA SILVA PIANZOLLI

Secretária

146

ATIVA INVESTIMENTOS S.A. CORRETORA DE TÍTULOS, CÂMBIO E VALORES

CNPJ/ME nº 33.775.974/0001-04

NIRE: 33.3.0004964-9

Lista de presença de acionistas presentes na

Assembleia Geral Ordinária

realizada em 30 de junho de 2020.

DocuSigned by:

Jorge Nuno Odone de Vicente da Silva Salgado

CC3FB1FED992476

Jorge Nuno Odone de Vicente da

Silva Salgado

Ações ordinárias: 46.315

DocuSigned by:

Augusto Afonso Teixeira de Freitas

47D58E93C6D9483...

Augusto Afonso Teixeira de Freitas

Ações ordinárias: 46.316

DocuSigned by:

Augusto Afonso Teixeira de Freitas

47D58E93C6D9483...

Avita Participações Ltda.

Ações ordinárias: 71.854

DocuSigned by:

Jorge Nuno Odone de Vicente da Silva Salgado

CC3FB1FED992476...

147

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ATIVA INVESTIMENTOS S A CORRETORA DE TITULOS CAMBIO E VALORES

NIRE: 333.0004964-9 Protocolo: 00-2020/180900-1 Data do protocolo: 11/09/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/09/2020 SOB O NÚMERO 00003933938 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 7E5715657D4F11DCC3D2872680E2061D64FC95E4D84956E92508F9995B57F99A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 6/7



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA ATIVA INVESTIMENTOS S A CORRETORA DE TITULOS CAMBIO E VALORES, NIRE 33.3.0004964-9, PROTOCOLO 00-2020/180900-1, ARQUIVADO EM 15/09/2020, SOB O NÚMERO (S) 00003933938, FOI ASSINADO DIGITALMENTE COM CERTIFICADO A3 PADRÃO ICP-BRASIL POR:

CPF/CNPJ	Nome
123.112.957-30	RAFAEL LUIZ PINHO DE ANDRADE

15 de setembro de 2020.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral

1/1

148

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ATIVA INVESTIMENTOS S A CORRETORA DE TITULOS CAMBIO E VALORES

NIRE: 333.0004964-9 Protocolo: 00-2020/180900-1 Data do protocolo: 11/09/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/09/2020 SOB O NÚMERO 00003933938 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 7E5715657D4F11DCC3D2872680E2061D64FC95E4D84956E92508F9995B57F99A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 7/7

TERMO DE POSSE

Aos 31 (trinta) dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às nove horas, em Reunião da Diretoria da **ATIVA INVESTIMENTOS S.A. CORRETORA DE TÍTULOS, CÂMBIO E VALORES**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.775.974/0001-04, em sua sede social, na Av. das Américas, nº 3.500, Bloco 1, Ed. Londres, salas 311 a 318, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, nesta cidade e Estado do Rio de Janeiro, os Srs. **AUGUSTO AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da carteira de identidade nº 06370971-1, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF sob o nº 890.480.407-87, residente e domiciliado na Rua Timóteo da Costa, nº 297, apto. 903, Leblon, CEP 22450-130, cidade e Estado do Rio de Janeiro; **SYLVIO ARAUJO FLEURY**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 536318438, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 885.705.417-91, residente e domiciliado na Rua Dr. José de Andrade Figueira, 217, apto 114, Vila Suzana, São Paulo, CEP 05709-010, cidade e Estado de São Paulo; **ATTILIO DE SOUZA MELLO BOSSELI**, brasileiro, em união estável, operador de Mercado Financeiro e de Capitais, portador da carteira de identidade nº 447515021, expedida pela MTPS-RJ, e inscrito no CPF sob o nº 731.191.997-53, residente e domiciliado na Rua Ipanema, 53, apto. 1502, Barra da Tijuca, CEP 22631-390, cidade e Estado do Rio de Janeiro; **RAUL CAMILLO CORRÊA MEYER**, brasileiro, solteiro, nascido em 16/03/1984, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 11434477-3 expedida pelo DIC/RJ, e inscrito no CPF sob o nº 092.872.837-45, residente e domiciliado na Rua Dona Mariana, nº 100, apto 707, Botafogo, CEP 22280-020, cidade e Estado do Rio de Janeiro; **JULIANA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, advogada, portadora da identidade nº 449691652, expedida pelo SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 124.663.617-44, residente e domiciliada na Avenida Jornalista Tim Lopes, nº 255, apto. 404, Bloco 12, Barra da Tijuca, CEP 22640-105, cidade e Estado do Rio de Janeiro; e **HELENA PROCOPIO DE ARAUJO CARVALHO**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da carteira de identidade nº 30.000.006 -6, expedida pela SSP/SP, e inscrita no CPF sob o nº 295.769.918-46, residente e domiciliada na Rua Doutor Clovis de Oliveira 704, apto. 61, Vila Progredior, CEP: 05616-073, cidade e Estado de São Paulo, por força da assinatura do presente termo, foram investidos nos cargos de Membros da Diretoria na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30.06.2020, com mandato até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2022 deles tomando posse e assumindo todos os direitos e deveres que lhe são atribuídos pelas leis e pelo Estatuto Social da sociedade.

Rio de Janeiro, 31 de Julho de 2020.

DocuSigned by:



47D58E93C6D9463...

AUGUSTO AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

DocuSigned by:



8E22513CD7E54C7...

ATTILIO DE SOUZA MELLO BOSSELI

DocuSigned by:



DE931344996248E...

RAUL CAMILLO CORRÊA MEYER

DocuSigned by:



6C293A67FFE844B...

JULIANA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

DocuSigned by:



D1B3FFAF9B8F428...

SYLVIO ARAUJO FLEURY

DocuSigned by:



43BCB479485942E...

HELENA PROCOPIO DE ARAUJO CARVALHO

149

b

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 8D705AC95F2348528374E5B8E460D353

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Termo de Posse - AGO 30.06.2020.pdf

Origem do Envelope:

Qtde Págs Documento: 1

Assinaturas: 6

Qtde Págs Certificado: 5

Rubrica: 0

Assinatura guiada: Ativado

Selo com ID do Envelope: Ativado

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:

Carina Pianzoli

Rua Surubim, 373 7o andar - Conjuntos 71 e 72

SP, SP 04571-050

cpianzoli@ativainvestimentos.com.br

Endereço IP: 177.142.34.241

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Carina Pianzoli

Local: DocuSign

31/07/2020 12:01:31

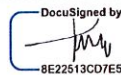
cpianzoli@ativainvestimentos.com.br

Eventos de Signatários**Assinatura****Data/Hora**

Julio de Souza Mello Boselli

Julio.Boselli@ativainvestimentos.com.br

Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

8E22513CD7E54C7...

Enviado: 12/08/2020 17:07:38

Visualizado: 12/08/2020 18:02:19

Assinado: 12/08/2020 18:03:13

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Usando endereço IP: 189.94.167.48

Assinado com o uso do celular

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

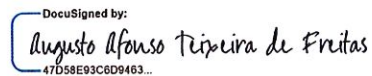
Aceito: 12/08/2020 18:02:19

ID: 8c1b9b49-2595-4a45-94af-f7f5fcf2e0b2

Augusto Afonso Teixeira de Freitas

Augusto.Freitas@ativainvestimentos.com.br

Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

47D58E93C6D9463...

Enviado: 12/08/2020 17:07:39

Reenviado: 13/08/2020 14:09:16

Visualizado: 13/08/2020 14:11:05

Assinado: 13/08/2020 14:11:25

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 179.218.21.60

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 08/06/2020 14:05:36

ID: fef46c2e-f0c8-49e6-bd02-c43ee652ef6b

Helena Procopio de Araujo Carvalho

hena.Carvalho@ativainvestimentos.com.br

diretora

Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

43BCB479485942E...

Enviado: 12/08/2020 17:07:39

Visualizado: 12/08/2020 17:09:54

Assinado: 12/08/2020 17:09:59

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 177.92.67.194

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 12/06/2020 16:59:37

ID: 4a610f47-b41e-42ac-8431-49758df03580

Juliana Figueiredo de Oliveira

jfoliveira@ativainvestimentos.com.br

Diretoria

Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

6C293A67FFE844B...

Enviado: 12/08/2020 17:07:39

Reenviado: 13/08/2020 14:09:16

Visualizado: 13/08/2020 14:26:44

Assinado: 13/08/2020 14:27:04

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 179.181.243.122

Assinado com o uso do celular

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 26/11/2019 10:25:49

ID: db4f74b8-8af7-497f-adf5-b196c6d47620

